



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 11/2025

Continuação da Sessão Ordinária de 16 de JUNHO - 30 de JUNHO 2025

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, na Sala da Assembleia Municipal - Edifício Eng.º Duarte Pacheco, deu-se início à Continuação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

----- **Lista de Presenças:** -----

19 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário), Elisabeta Ecaterina Necker (2ª Secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Fábio Miguel Cortes Nobre, José Guerreiro Romão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - Hélder Faísca Guerreiro, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Miguel Baguinho Coelho (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), André Manuel Rodrigues Dias (em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes), João José Paixão Carvalho Ferreira,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Dália Maria Brito Mogo (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir),
Fábio Coelho Guia (em substituição da Presidente da União das Freguesias de
Querença/Tôr/Benafim);-----

2 Deputados Municipais do Partido CHEGA - Manuel Alfredo Cavaco Bento Coelho
(em substituição de Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro), Sandra Margarida
de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de
António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Independente - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes, o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, o Vice-
Presidente, David Pimentel, e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Cláudio
Lima (em substituição de João Paulo Sousa) e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes, os Vereadores, Ana Machado, Marilyn Zacarias e Rui
Cristina. -----

Não estiveram presentes nem se fizeram representar, os Deputados, João Pedro
Medeira Cabrita (PS), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de
Freguesia de Alte) e Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia
de S. Clemente). -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo,
o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem
de Trabalhos:-----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

1- Intervenção do Público;

3- Período da Ordem do Dia;

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1026-2025 [DAF] - Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2024, nos termos do n.º 2 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; **para deliberação;**

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1052-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal/3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita/ 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação;**

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1055-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação;**

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1078-2025 [GAF] - 4ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a transferência de verbas para a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no valor de 34.050,00€ (trinta e quatro mil e cinquenta euros); **para deliberação;**

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1088-2025 [DMADS] - Contrato de Mandato - Promoção e concretização de projetos no âmbito da Estratégia Local de Habitação 2019-2032 do município de Loulé; 1. Que a Câmara Municipal aprove a minuta anexa do contrato de mandato para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 36º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no n.º 1 do art.º 5º-A do Código dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Contratos Públicos; 2. Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro para aprovação e para autorização da respetiva repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, a seguir sintetizada, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho e alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro: Repartição de Encargos Valor 2025 7 544,00 €, 2026 3 849 054,00 €, 2027 4 641 505,00 €, 2028 6 367 924,00 €, 2029 6.792 452,00 €, Total 21.658.479,00 €; **para deliberação;**

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 852-2025 [DMADS] - Aquisição de Imóvel Urbano (armazém) em propriedade total com Alvará de Utilização para serviços, sito na AEL - Área Empresarial de Loulé, para efeitos do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo normativo; para deliberação;

Foram iniciados os trabalhos-----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito boa tarde a todos e a todas. Caros Deputados e Deputadas. Senhor Presidente Vítor Aleixo e Executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham nas redes sociais, equipas de apoio à realização desta Assembleia. Língua Gestual. Audiovisuais e Gabinete de Apoio à Assembleia. Minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite a todos e a todas. Vamos dar início à continuação da Assembleia Ordinária de 16 de Junho de 2025. Obrigatório por lei até ao final do corrente mês, embora o Plenário tenha decidido por unanimidade na última Assembleia, que os assuntos não decididos nesta sessão transitaram para uma sessão extraordinária a realizar se hoje, tendo surgido questões legais sobre a continuação, (podem falar mais baixo, se faz favor'). Tendo surgido questões legais sobre a continuação da sessão ordinária, juntando na convocatória novos assuntos que não faziam parte da convocatória inicial, por um lado, e por outro lado, decidir em sessão extraordinária assuntos que, por lei, devem ser decididos em sessões ordinárias, achei por bem reunir a Conferência de Representantes. Analisado o assunto, houve unanimidade na continuação da Sessão Ordinária que não se concluiu com os assuntos que ficaram por apreciar e decidir. Os assuntos já previstos para a sessão extraordinária foram agendados para uma Assembleia extraordinária,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a realizar no dia 3 de julho, cuja convocatória já seguiu. Entretanto, informo o Plenário de que no sábado passado, dia 28 de junho, à semelhança do que foi feito nos últimos dois anos, em cumprimento da deliberação tomada pela Assembleia Municipal em 27 de junho de 2022, por maioria, com duas abstenções e dois votos contra, foi colocada no cimo do Edifício Duarte Pacheco, a bandeira multicolor, símbolo internacional da comunidade LGBT+, como representação da diversidade e da luta pela igualdade e direitos deste grupo de cidadãos. Ao final do dia, tive conhecimento que durante a tarde, desconhecidos terão entrado no edifício, aproveitando o facto de a porta de entrada estar aberta para dar acesso à exposição patente no primeiro andar e subir ao piso superior, danificando o puxador da porta que dá acesso ao varandim e arrancando e retirando a bandeira do local onde estava afixada. Assim, nos termos da alínea b) do número um do artigo 35 da Lei 75 de 2013, de 12 de setembro, dei conhecimento do ocorrido ao sr. Presidente da Câmara, nomeadamente para a formalização da competente participação judicial por parte do Município. O ato praticado inqualificável e criminoso, deve ter desta Assembleia uma resposta rápida e firme. Não podemos ficar de braços cruzados perante a violação do espaço desta Assembleia, perante atos de vandalismo em instalações e património e para a decisão desta Assembleia tomada por uma esmagadora maioria. Por isso, convoquei a Conferência de Representantes para uma reunião. Antes desta Assembleia, a fim de tomarmos posição sobre o assunto. Desta reunião saiu a condenação unânime dos atos praticados e a decisão firme e determinada de não recuar perante atos impróprios do Estado de Direito Democrático. Assim, a Mesa e em nome dos Grupos Municipais, propõe que a bandeira multicolor fixada no edifício da Assembleia Municipal durante toda a semana, como forma de deixar bem claro que os atos praticados não visaram apenas a comunidade LGBT+, mas todo o sistema democrático no seu conjunto, e que ambas as situações são completamente inaceitáveis, uma vez que esta sessão não tem período antes da ordem do dia e que todas as bancadas, através dos seus líderes, já manifestaram a sua posição, colocaria a presente proposta de imediato à votação. Os comentários políticos sobre o ocorrido poderão ser tidos no Período de Antes da Ordem do Dia da próxima sessão, que se irá realizar no dia 3 de julho. Algum dos senhores deputados se opõe a esta metodologia? Assim, vamos passar à votação da colocação da bandeira multicolor no edifício da Assembleia Municipal durante toda a semana, a fim de deixar bem claro aquilo que foi referido anteriormente. -----

Passou-se à votação: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A decisão foi aprovada por unanimidade. -----

1- Intervenção do Público; -----

O **Presidente da AML** continuou e disse: Nos termos do nosso Regimento, as continuações das sessões extraordinárias não têm período do público. No entanto, como na última sessão foi criada a expectativa de intervenção do Público hoje, que era a data prevista para a sessão extraordinária após a vinda à Conferência de Representantes, a Mesa decidiu fazer a convocatória de Sessão ordinária com a inclusão de período de intervenção do público. -----

Assim, vamos dar início ao período de intervenção do público, recordando que o tempo máximo para cada intervenção é de cinco minutos. Tivemos uma inscrição prévia, relativamente à qual recebemos há pouco um mail a informar que, “com muita pena minha, não me vai ser possível participar na sessão ordinária de hoje, pois só vou conseguir chegar muito mais tarde ao Algarve do que estava previsto. Pedindo desculpa pela minha falta de comparência, que não é de todo imputável, entre outros endereços mais respeitáveis. Cumprimentos, Acácio Silva. No início da sessão recebemos a inscrição de Jorge Gonçalves, a quem irei de imediato passar a palavra. Tem a palavra Jorge. Gonçalves. -----

O **cidadão Jorge Gonçalves** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos. Cumprimento o senhor Presidente na sua pessoa, a todos os restantes. E queria realmente agradecer e enaltecer que o senhor Presidente na última vez. Queria pedir desculpa pelo que sucedeu, mas houve uma série de fatores que me levaram a perceber que poderia replicar, é porque realmente quero reforçar que acho que o senhor Presidente tem sido dos melhores que passou aqui em termos da condução destas Assembleias. Não é graxa nenhuma, é aquilo que eu acho. Tem sensibilidade e bom senso. -----

Posto isto, queria dizer também o seguinte: há pouco falaram aqui do MED em off e eu realmente vim falar do MED. Antes de mais queria parabenizar esta câmara pelo forte empenho e realmente a dinâmica que dá ao MED, que é uma impulsiona realmente o nosso concelho e está muito bem organizado e é de salutar realmente tudo o que se passa a volta do MED, desde os concertos às pessoas, o convívio, a família e a tudo o que se passa. Posto isto, queria dizer que pessoalmente também serei o único, que tem aqui, que pagou a entrada. Provavelmente os outros terão pago,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

mas não é isso que me trás aqui, porque acho, sou sincero. Concordo que a câmara de bilhetes a toda a gente porque as associações merecem, vocês também merecem. Acho que é um mimo e é uma força de relembrar e de ressaltar e de agradecer as pessoas. Não é isso que me trás aqui, mas queria vos dizer o seguinte, isto é, da questão dos dois pesos e duas medidas. Na entrada do MED, por exemplo, as pessoas que pagavam estavam muito tempo à espera para ser revistas, os outros que não pagavam, grosso modo, ninguém era revistado. Acho que isso, tanto posso praticar um crime eu, como todos os restantes. Mas estou de acordo que se faça o que se faz, porque realmente a organização é muito exemplar. Acho que só se calhar para o ano terão que pensar em trazer, se calhar até para esta avenida, pelo menos no sábado. Esta avenida aqui ser também palco do MED. -----

Posto isto, queria vos dizer um episódio engraçado. Estava nas bicas a ver um concerto e dois casais, um deles vira se para outro "Ah, vou me embora!" "Epá não vás ainda!". "Epá vou, vou.". "Mas tens mesmo que ir embora? Epá, obrigado pelos bilhetes." "Epá. Não tens que agradecer, tens que agradecer é à Câmara! A Câmara que deu os bilhetes." "Não, não, não foi nada a Câmara deixa estar isso!" "não pá! Não foste tu, foi a Câmara pronto." Ah, diz ela no fim "Vota Telmo Pinto! Vota no Telmo Pinto!" Talvez por isso eu não tenha ganho bilhetes. Mas pronto. -----
Posto isto, o PDM Loulé eu tenho vindo a falar... Não perceberam o que eu disse? Pronto, talvez não merecesse. Eu tenho vindo a falar muitas vezes da questão do PDM. Tenho pedido para que façam nas zonas, eu sei que este Executivo já não vai dar andamento ao PDM, provavelmente, mas no futuro que privilegiem os sítios mais pequenos nomeadamente o Parragil e a Soalheira. Todos estes sítios pequenos para quê? Para não dar azo ao que está a acontecer agora, aí no mato e na área que não é urbana. Está a acontecer tudo, estão a construir indefinidamente. Eu não estou nada contra, porque as pessoas, muitas delas, também não tem como pagar as rendas. Por isso é que eu tenho proposto que ali nos Dois Fornos, fizessem aquela habitação a custo controlado. Mas lá vamos. Sei que o candidato da oposição já tem algumas soluções para minimizar, não para resolver, porque resolver vai ser muito difícil nos dias de hoje. -----

Senhor Presidente queria dizer o seguinte, quando eu venho a falar de toda aquela situação de fazer a estrada entre Loulé e Boliqueime, ou sobretudo, mais concretamente os Dois Fornos alargar e que não custa muito porque não é muito dispendioso. Noutra vez, os argumentos que usou para utilizar aqui em relação à estrada Mário Soares ou à Avenida, não são os mesmos que utilizou na outra vez que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

eu vim propor que fizesse algo digno na freguesia de São Sebastião, virado para o lado de Boliqueime/Parragil. Porquê? Porque a Nossa Senhora da Piedade merece mais e a nossa entrada merece muito mais. E eu tenho vindo a falar nisso muitas vezes na pré-campanha do PS no Parragil, para a campanha, tive o cuidado de falar sobre isso e soube que um indivíduo estava disposto a oferecer 400 metros de muro, falou inclusive com a Câmara, a não ser que o indivíduo não tenha faltado à verdade. Falou com a Câmara e a Câmara abdicou de fazer isso. Está bem que o senhor eventualmente queria alguma coisa em troca, mas teria de Nossa Senhora da Piedade até à rotunda, pelo menos mais dois metros, dois metros! A Câmara, sei que não tem dinheiro. Presumo que tem tanto dinheiro proporcionalmente como a Junta de São Sebastião também tem, que não o consegue gastar. E eu digo juntem-se todos e façam no mínimo aquilo que eu solicito, que é, partir aquele muro. Porque vai haver acidentes. É partir aquele muro e arranjar aquele terreno que é vosso, darem dignidade, fazerem se calhar alguma coisa ligada ao desporto ou então habitação de uma vez por todas. Porque se calhar, se houvesse habitação ali talvez não houvesse tanto como à que criticamos que agora é difícil fazê-lo. -----

Também disse na pré-campanha sobre a questão da Ribeira dos Açudes. Também falei da questão das pedreiras que estão todos os dias, eram para ter fechado á 26 anos, não fecharam. Falei e realmente agradei o facto, da mesma maneira que provavelmente será a última vez que venho aqui falar com o senhor Presidente. Também agradeço o facto de o Presidente ter feito o saneamento básico no Parragil ao longo destes anos. Mas foi muito pouco, soube um bocadinho a pouco. Podia ter sido mais. Todas estas coisas que eu peço não custam nada. É quase de borla, não é? Não é preciso projetos, é preciso nada. Obrigado. Boa noite. Boa noite a todos. ---

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Jorge pela sua participação. Tem a palavra Senhor João Martins. -----

O **cidadão João Martins** tomou a palavra e disse: Boa noite a todos os presentes. Portanto, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé. -----
Aquilo que me traz aqui esta noite são duas questões que têm a ver com a qualidade de vida e com a democracia e no concelho de Loulé. Portanto, a primeira que tem que ver com a especulação imobiliária na Reserva Natural da Foz do Almargem. O senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vítor Aleixo, diz que eu ando a espalhar meias verdades. Disse isso na última sessão aqui da minha intervenção na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Assembleia Municipal. Não entendo as explicações, as boas explicações do senhor Presidente, mas o que é facto é que o senhor Presidente Vítor Aleixo é tudo menos claro sobre este assunto. E eu penso que nunca considerou sequer a hipótese de apenas se ouvir a si próprio quando os cidadãos lhe colocam questões. Senhor Presidente Vítor Aleixo, começou a dizer na última Assembleia Municipal sobre a questão do hotel na Reserva Natural da Foz do Almargem, que foi o próprio que decidiu incluir o lote do hotel na Reserva natural da Foz do Almargem. Depois disse que não há nenhum projeto aprovado na Câmara Municipal de Loulé para a construção de um hotel nesta reserva natural. Para terminar a dizer que espera que o hotel seja construído em madeira. Portanto, eu, saí ainda mais baralhado da última reunião da Assembleia Municipal, vinha obter esclarecimentos, mas saí ainda mais baralhado. Por outro lado, o jornal Público de dia 8 de junho, na página 14, com o artigo de duas páginas assinado pelo jornalista Idálio Revés, que é conhecido em Loulé com o título Reserva Natural da Foz do Almargem, Quarteira nasceu e foi logo violada pelo betão, diz no artigo. No meio da recém-criada área protegida vai nascer um hotel e 377 lugares de estacionamento. A autorização foi dada depois de 3 meses da criação da reserva e pode ler-se ainda no mesmo artigo, o projeto do aparthotel, que implica uma área bruta de construção de 21.000 m², dentro de um pinhal centenário vai ser implantado dentro da Reserva Natural local da Foz do Almargem e Trafal criada em agosto do ano passado por proposta do município. Três meses depois dessa medida de proteção ter sido outorgada à autarquia em novembro do ano passado, parecer favorável ao projeto da unidade hoteleira. Portanto, isto é ideal o Idálio Revés no Artigo do Público, 8 de junho passado. Em 9 de junho, o site do Bloco de Esquerda, esquerda.net publica uma notícia intitulada Câmara de Loulé viabilizou construção de aparthotel numa recém-criada área protegida. E, portanto, alguém aqui não está a dizer a verdade? Ou a Câmara Municipal de Loulé? E o sr. Presidente Vítor Aleixo? Ou a notícia do Público do jornalista Idálio Revés é uma “fake news”. O Bloco de Esquerda está a mentir. E aproveito que temos aqui um Deputado do Bloco de Esquerda que talvez pudesse esclarecer os cidadãos contribuintes. Vai haver hotel, não vai haver hotel. É um aparthotel. Que hotel é este? Gostaria de saber se sobre esta questão de forma mais clara. -----

A segunda questão de forma muito breve, tendo em conta as denúncias do PSD sobre o comportamento indecoroso do Deputado municipal e presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, o licenciado em Engenharia, Telmo Pinto, que financiou a sua empresa pessoal e privada com ajustes diretos atribuídos pela Câmara Municipal. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

perguntava ao Deputado Telmo Pinto se acha que tem condições éticas e deontológicas para continuar na Comissão Diretiva da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal, onde tem que decidir sobre negócios de milhões de euros. Portanto, em meu entender, o Deputado Telmo Pinto deveria pedir imediatamente a sua demissão desta comissão diretiva. Mas eu gostava de ouvir o sr. Deputado. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado pela sua intervenção. Senhor Presidente, tem a palavra.-----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Senhores deputados, ao público presente aqui e lá fora que acompanham os trabalhos. Vou responder a estas duas questões. -----
A primeira, ao cidadão Jorge Gonçalves, uma intervenção nos termos em que aquela que o senhor propôs não se resolvem com 400 metros. Portanto, precisamos de muito mais, precisamos de um projeto, precisamos de estudos para poder alargar a estrada, que é uma estrada que é funcional, que é uma estrada que. Eu não oiço, nem sequer raramente oiço, opiniões públicas a dizer que essa estrada é uma complicação, é difícil transitar nela, é perigosa. A única coisa que sempre ouvi até hoje é que é uma estrada que tem uma tal orientação, quem viaja de manhã apanha com o sol pela frente. Mas isso é, infelizmente e infelizmente já provocou e nunca mais na vida me esquecerei, um acidente fatal a um excelente técnico desta casa, curiosamente seu concidadão e seu conterrâneo, nascido na sua terra e que nunca mais na vida me vou esquecer, exatamente por essa incidência completa do sol da parte da manhã quando se viaja para cá. Quanto ao mais, aquela estrada é uma estrada funcional e o sr. Jorge Gonçalves há de compreender que a Câmara, esta ou outra qualquer, aqui ou noutro qualquer município do país, não faz todas as obras ao mesmo tempo. Há prioridades. Ninguém consegue fazer tudo ao mesmo tempo. E aquela estrada, ainda que o senhor tenha essa opinião, que é claramente uma opinião minoritária, aquela estrada está longe de ser uma prioridade, uma prioridade para a Câmara Municipal de Loulé. Temos outras coisas mais urgentes que fazer. Temos feito outras obras viárias mais urgentes e o Jorge terá de compreender que nem tudo aquilo que nos é pedido aqui pessoalmente, em reuniões na Câmara, nos mais diversos espaços de expressão da opinião pública, a Câmara de Loulé agarra num bloco de notas e a seguir vai logo fazer. Isso não existe, senhor Jorge, isso não existe! E já agora, lembro me que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

senhor levou muitos anos, muitos anos a vir aqui a esta casa a pedir que dignificasse o centro do Parragil, certo? Está de acordo comigo, não está? Bom, então o senhor, o senhor deve saber. Se não sabem o informe que nós temos feito isso, temos trabalhado porque entendemos que o centro daquela localização, aquele pequeno largo ali, ao qual muitas pessoas do Parragil estão ligadas porque tem ali um cafezinho, tinha ali um poço que, entretanto, destruíram, que era um local também de memória e patrimonial, mas que, entretanto desapareceu. A vida é o que é, com a discordância de muita gente, mas isso aconteceu. Tem lá cafés e tinha a sociedade. O senhor sabe muito bem porque encontrei-o lá várias vezes e pediram nos que aquela sociedade, visto que, portanto, há uma comissão que veio falar à Câmara. Bom, o Sr. Jorge Gonçalves deve saber que nós adquirimos o terreno e adquirimos a sociedade sabe disso, com certeza. Com que propósito? Para fazer aquilo que o senhor pediu o senhor e outras pessoas do Parragil, que aliás eu tenho a maior consideração e respeito e achei que aquilo fazia sentido. Aquela sim, para nós é uma obra prioritária, porque as terras hoje, por mais pequeninas que sejam, têm sempre um centro onde as pessoas se encontram, onde têm hábitos de ir beber o café, trocar meia dúzia de palavras, saber como é que está a família. E, portanto, isso faz sentido. Pois bem, nós comprámos aquele terreno, nós estamos a trabalhar e hoje mesmo foi a reunião de Câmara e aprovado por unanimidade um estudo base para reconfigurar todo aquele largo com obras e intervenção na sociedade, não, no edifício da atual Sociedade Parragilense, e poder ali criar espaço também de testar e até alguns lugares de estacionamento. Está a ver Jorge? Nós, quando assumimos as coisas com as pessoas numa base séria, nós fazemos isso. É 1.700.000 € que aquilo vai custar. Portanto, está a ver um investimento, ainda assim com a expressão num pequeno local, mas onde as pessoas têm o mesmo direito que em qualquer outra parte do município e, portanto, merecem a nossa consideração e respeito. E por isso trabalhámos, adquirimos, mandámos fazer projeto e hoje foi aprovado o estudo de base em reunião de Câmara. Mas está a ver, Jorge? Portanto, tanto mais é assim, eu não consigo compreender o, digamos, o tom tão crítico que considero injusto, mas está no pleno uso dos seus direitos e da sua liberdade. E eu só tenho que ouvir eu sou autarca, eu tenho que ouvir aquilo que gosto e aquilo que não gosto e estou cá para isso e para me defender como vou fazer a seguir. Eu, relativamente aquela afirmação que fez de que tem uma pessoa que lhe disse vota Telmo Pinto no momento em que lhe deram um cartão. Eu quero que o senhor me diga, faça chegar, quem foi a cidadã que fez isso, que disse isso e quero saber quem é que lhe deu essa instrução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Eu quero saber isso, porque isso até pode ser um tipo de campanha, absolutamente... Eu tenho dificuldade em adjetivar, mas isso pode ser um tipo de campanha inqualificável para prejudicar uma candidatura, pode ser! Eu já vi tudo na minha idade. Em política eu já vi tudo. Já vi o mais bonito, o mais encantador das pessoas. E já vi as coisas mais baixas, mais vis e mais abjetas também. De pessoas, portanto, eu já estou preparado para tudo. E, portanto, agradeço Sr. Jorge Gonçalves, com todo o respeito que lhe tenho, há muitos anos, que o senhor me faça chegar. Que não fique por essa insinuação abstrata que me faça chegar quem foi a pessoa. Porque nós queremos falar com essa pessoa. Pronto, há-de fazer chegar essa informação depois. Relativamente ao cidadão João Martins. Eu já expliquei muitas vezes e vou voltar a explicar aquilo que lhe disse. Porque se há coisas relativamente aos quais eu estou absolutamente de consciência tranquila e não me deixo perturbar por essa insinuação que faz de que a Câmara ou eu pessoalmente, terei feito o favor a algum interesse imobiliário, não me deixe perturbar por isso. E vou lhe explicar mais uma vez. E explicarei a si e publicamente, tantas vezes quantas forem necessárias. Portanto, os documentos estão disponíveis, podem consultar tudo. A Associação Almargem. Portanto, há uma Comissão de Gestão daquele espaço onde faz parte a Associação Almargem e mais cidadãos que nos pediram uma reunião e a reunião foi concedida. Explicámos, hoje telefonaram-me, fui contactado hoje mesmo e pediram "Ah, nós estamos ainda com dúvidas. O senhor devia de responder a um e-mail que vamos enviar e nós gostávamos de ter nova reunião, mas consigo presente.". Porque, na primeira reunião eu não pude. Aconteceu que eu não pude estar presente. "Mandem! Porque eu vou à reunião com as mesmas pessoas e vamos dar às mesmas explicações". Portanto, é para haver clareza nisto tudo. Não há projeto nenhum aprovado na Câmara. O que há, é uma viabilidade que não tem projeto nenhum! Portanto, eu disse isto, repito, não posso ser mais simples e primário do que aquilo que estou a ser, dirigindo-me ao senhor João Martins. Não há projeto nenhum que tivesse dado entrada na Câmara para aquele lote do loteamento que é 5/71 de 1971, que é o loteamento com alvará válido. Não tem neste momento na Câmara Municipal de Loulé, nos seus serviços de urbanismo, nenhum projeto de entrada até esta data para qualquer que seja o hotel. E quando disse no fim, porque não há contradição nenhuma entre aquilo que eu disse no princípio, no meio e no fim, quando disse que fui, foi à Câmara, e eu tive responsabilidade nisso. É incluir aquele loteamento que estava ali junto à Reserva Natural, local que fomos nós que criámos! Quantas? Diga-me? Diga-me o senhor ou alguém? Quantas Reservas naturais locais de iniciativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

municipal, não é criada de cima para baixo porque há umas quantas. Não há muitas no país, mas quase todas elas ou todas. Eu não tenho a certeza, mas se não foram todas, foram quase todas elas criadas administrativamente, de cima para baixo. Aqui não foi a Câmara, a Câmara, que percebendo através de um estudo feito exatamente pela Almargem, que aquela zona do ponto de vista ambiental, era uma zona com uma riqueza bio diversa que tínhamos que proteger. Temos essa responsabilidade de protege-la e foi aí que nasceu a ideia de constituir essa reserva. Para quê? Para travar eventual expansão, mesmo sem a reserva, mas nalguma parte, eventualmente poderia ser, até porque a ali mesmo está. Passa ali o POC também, que é o Plano de Ordenamento da Orla Costeira. E, portanto, a própria atividade imobiliária estava, de certa maneira já limitada ali, mas com a criação desta reserva mais limitada ficou e nós temos a garantia de que vamos fazer ali aquilo que temos que fazer para proteger os valores que ali estão, que são valores muito ricos do ponto de vista da fauna, da flora! Portanto, espero estar a ser claro para que o senhor não fique ainda com dúvidas, que a iniciativa partiu de nós, e portanto, diga-me qual é o sentido quando parte de nós têm uma iniciativa dessas, a seguir, irá autorizar projetos imobiliários para ali ou um apoio de praia. O apoio de praia com estacionamento está ligado ao POC, está previsto no POC e o PDM de Loulé não derroga o POC. O PDM de Loulé incorporou o POC no momento em que ele foi aprovado. Teve que, as regras do POC transitam para o PDM. A mesma coisa com os loteamentos, loteamentos eficazes, o PDM não derroga. E, portanto, eu quis que aquele lote fosse incluído na Reserva Natural local para melhor proteger o impacto de um futuro hotel que possa vir a surgir ali. Neste momento não sei se surgirá ou não, porque não sei mesmo. Há uma viabilidade, mas não há projeto nenhum. Disse e repito! E, portanto, está a ver nós a melhor maneira de condicionar-se quando esse dia chegar de haver um projeto. A melhor maneira de condicionar materiais, impacto no perímetro à volta, é incluir na reserva natural local. Foi por isso que foi incluído João, não foi por outro motivo. E, portanto, independentemente de quando tenha sido aprovada a reserva. O loteamento estava lá desde 1971. Portanto, em qualquer altura, de então para cá, poderia ter aparecido alguém interessado e dizer assim está aqui um projeto e a Câmara de Loulé tem que considerar este projeto. Não há volta a dar a isto. Se me perguntasse o Presidente se fosse hoje e se aquele loteamento não estivesse em vigor, você estaria de acordo em aprovar para ali um hotel? Digo lhe já que não. Obviamente que não. Mas nós vivemos num Estado de Direito. Nós não vivemos nenhuma revolução. É que às vezes há certas pessoas com posicionamentos políticos à esquerda, como é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

senhor, que confundem, sei lá, um estado qualquer de em que o Estado não tem força, não tem ferramentas legais, não tem regras? Não. Nós vivemos num Estado de Direito e é no Estado de Direito que temos de trabalhar. Vou já calar me, senhor Presidente. Eu espero ter sido claro que, independentemente de quando foi aprovada a reserva natural, o loteamento. Com título eficaz. Estava lá e continua lá e, portanto, contra isto desculpe dizer-lhe batatas!-----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Não sendo o hábito no período público intervir mais alguém para além do Executivo, uma vez que foi referido aqui expressamente o nome de um deputado, eu vou perguntar se alguém se opõe a que eu dê a palavra ao senhor Deputado Telmo Pinto para poder dizer alguma coisa, se assim o entender? Não havendo, oposição, tem a palavra o senhor deputado. -----

O Deputado **Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. cumprimento o Executivo e as bancadas, as pessoas estão lá em casa e ao público. Eu acho que não tem qualquer fundamento, portanto não tenho nada a acrescentar. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Carlos Martins. Sim diga. Tem a palavra também nas mesmas circunstâncias. Sim, foi feito, tem razão. Foi colocada uma questão ao Deputado do Bloco de Esquerda sobre este assunto.-----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Portanto, boa noite a todos. Pronto, sobre este assunto, o Bloco Esquerda foi o partido que fez o primeiro requerimento sobre esta situação à Câmara. As respostas não foram completas e que traduziram em dúvidas que agora ainda aumentarão mais. Portanto, como hoje não temos possibilidade de falar mais em completo no assunto, na próxima assembleia, no período antes da ordem do dia, teremos a oportunidade de responder ao senhor Cidadão e aos deputados todos.-----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. O cidadão tinha questionado o Bloco de Esquerda sobre algumas questões. Já agora, era para falar na próxima sessão. Mas já que o assunto foi levantado no período do Público sobre a situação, exatamente esta, que não esta da Reserva Natural, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sobre as suspeitas de eventuais irregularidades por parte do presidente da Junta de Freguesia, Telmo Pinto, e do senhor Vice-presidente David Pimentel, o senhor Deputado João Ferreira, do PSD, na última sessão, dia 16 de junho, fez a entrega à Mesa da sua intervenção relativamente às suspeitas que envolviam estes dois autarcas, apelando a que estes casos deveriam ser enviados às autoridades competentes. Discriminando nomeadamente o Ministério Público e a Inspeção Geral de Finanças. -----

Sobre este assunto, a Conferência de Representantes reuniu e houve unanimidade em que, à semelhança do que já aconteceu em situações anteriores, o senhor deputado, como qualquer outro deputado, se assim o entender, deverá participar, enquanto cidadão, enquanto deputado, as situações que considere ser de o fazer diretamente às entidades que foram referidas. Aliás, como já aconteceu num caso que envolveu o Executivo.-----

Assim sendo, e embora não haja Período de Antes da Ordem do dia, eu vou corrigir um lapso meu na última sessão, que não fiz referência a duas situações com expediente recebido. Embora tivesse escrito não sei porquê, colou-se a folha e não referi. Não dei nota da receção do relatório descritivo da atividade da CPCJ de Loulé que já vos foi enviado e de um mail enviado para conhecimento pelo Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, relativamente a relatos de utentes do Centro de Saúde de Boliqueime, comunicados à Autoridade de Saúde, nos quais se realça a insistência da Junta na ampliação do Centro de Saúde e o reforço de pessoal para criar uma unidade de saúde autónoma, por forma a dar resposta às necessidades dos fregueses de Boliqueime, bem como o facto de há vários anos que a Junta vem a solicitar o reforço de pessoal médico, enfermeiros, assistentes, técnicos e assistentes operacionais e seguranças. E posto isto, corrigido este lapso que foi não ter lido na sessão anterior, vamos passar ao Período da Ordem do Dia, -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

3- Período da Ordem do Dia; -----

O **Presidente da AML** continuou: Conforme previamente informado aos elementos da Conferência de Representantes. O Executivo solicitou a inclusão nesta Sessão da proposta da Câmara Municipal n.º 978-2025, relativa à VAMUS Algarve 2026/2034



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Contrato Interadministrativo de Delegação de competências e de financiamento. Tem a palavra o Senhor Presidente. -----

Foi admitida por unanimidade a inclusão da Proposta 978-2025 [DTO], como alínea h) da Ordem de Trabalhos a ser apresentada e votada em primeiro lugar; -----

h) - Proposta 978-2025 [DTO] - **VAMUS ALGARVE 2026-2034 - Contrato Interadministrativos de Delegação da Competência e de Financiamento AMAL/Municípios**; Aprovação a minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao Abrigo das Competências Delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, cuja despesa inerente ao município de Loulé é a apresentadas nos quadros I, II e III, conforme informação em anexo que sustenta a presente proposta, e remeta à Assembleia Municipal nos termos do previsto na alínea c) do n.º1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sua redação atual, dado que se trata da assunção de compromissos plurianuais; **para deliberação**; -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Efetivamente, reafirmo a informação que lhe chegou. Nós precisamos mesmo, por questões de calendário, de aprovar esse discutir e analisar e, é desejavelmente aprovar, como eu espero, como todos esperamos aqui no Executivo, esse, portanto, está em causa um contrato de concessão que é firmado entre a Associação Intermunicipal AMAL e a Câmara Municipal de Loulé e que visa, portanto, os transportes e daí a importância, tem prazos. E eu pedia aos senhores deputados municipais que enfim, tivessem a delicadeza de aceitar a discussão desse ponto, hoje, nesta assembleia e logo como primeiro ponto, desejavelmente na ordem de trabalhos desta noite. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores deputados e deputadas que pretendam fazer uso da palavra. Tem a palavra senhora Deputada Ana Poeta do PAN, ainda estamos a discutir se o vamos aceitar ou não. Se faz favor. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

Só para tirar duas dúvidas em relação a este contrato, se ele é idêntico do mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

género para os outros municípios. Mas ele qual é que é? Porque Portimão e Faro não, não tiveram este tipo de minutas na Assembleia para discussão. Portanto, por isso é que a minha questão é essa se é idêntico para os municípios todos? E, qual é que é o prazo? Uma vez que Faro e Portimão não, não têm. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Aproveito para cumprimenta-lo todos os presentes na sua pessoa e a quem nos acompanha lá em casa e ao público aqui presente. -----
Não lhe sei responder sobre Faro e Portimão, sei que é uma minuta para todos os municípios e está aí num dos documentos está mesmo essa minuta com a relação dos municípios. E relativamente ao prazo, portanto, isto foi aprovado em reunião de Câmara de 19 e foi-nos pedido pela AMAL que teria que ser aprovado até ao dia 30 de junho em Assembleia Municipal, para que eles pudessem dar continuidade ao processo que tem a ver com a preparação do próximo concurso para a prestação de serviços de transporte de passageiros no Algarve. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Mais alguns senhores deputados pretende esclarecimento? Carlos Martins Bloco de Esquerda tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Portanto, nós não percebemos realmente esta pressa. Porquê esta pressa, se só vai entrar em vigor daqui a 17 meses? Porque só em 2027 é que isto entra em serviço. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Tem a palavra, senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Se calhar, com a explicação que vou andando vou quase introduzir o ponto todo. Mas se me permite dar nota que o que está hoje aqui a ser requerido é a aprovação do contrato administrativo entre a Câmara Municipal de Loulé e a AMAL, idêntica com todos os outros municípios, para transmitir as competências novamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

para a AMAL de âmbito diferente, aquilo que foi aprovado em 2017, porque na altura foi transferida as competências para a realização de uma concessão sem qualquer valor financeiro. E agora, no âmbito de uma discussão alargada a provavelmente no último ano em que participaram todos os municípios, as equipas técnicas dos municípios e a entidade que está a trabalhar para a AMAL. Entendeu-se que deveria ser uma prestação de serviços e, desse modo, para preparar todo o processo para dar início, e muito bem que disse no dia 1 de dezembro de 2026. Há que compreender que tem de se fazer todo o processo de concurso público internacional e não estamos a falar de um concurso pequeno, portanto, carece de ser lançado muito rapidamente. E a AMAL pediu nos que fosse aprovada até 30 de junho. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Vereador, mais alguns senhores deputados que tem usado a palavra. Senhor Deputado Carlos Costa Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite Senhor Presidente, em seu nome cumprimento todos os presentes e os que estão a acompanhar os meios audiovisuais. -----

Sobre esta matéria e este assunto, a minha questão. Pronto, há um timing que temos de cumprir, não é? Penso que tendo em conta o que foi explicado, o que foi justificado, o que foi explicado. Penso que não deveremos enfim, não atender ao solicitado. Mas a minha dúvida tem a ver com o seguinte, tem a ver com a elaboração do caderno de encargos, deste procedimento, deste concurso. Eu sei que todos os territórios e todos os concelhos são diferentes e todos eles têm, no que toca aos transportes interurbanos, todos eles têm as suas especificidades e no que toca a Loulé, e eu sou um utilizador do interurbano de transporte, nomeadamente a carreira Salir/Loulé. De vez em quando. De maneira que pergunto se neste percurso, neste percurso do crescimento, os municípios irão fazer propostas, irão consultar as Juntas de Freguesia, irão consultar as gentes ao consultarem, enfim, digamos, as comunidades no sentido de melhorar, nomeadamente no que toca aos horários. Não só horários, mas também outras alternativas, como o transporte a pedido, etc, etc. Portanto, a dúvida é saber se ainda há condições para a participação e o contributo dos municípios para a elaboração do Caderno de Encargos e das Juntas de Freguesia e de outras comunidades. Porque há no interior algumas assimetrias. Nós temos um transporte de Salir para Loulé às 07:00 h e depois é só às 10:30 h. Neste tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

poderíamos, enfim, algumas das pessoas que poderiam utilizar o transporte público, evitando, enfim, digamos, emitir CO2 com o seu carrinho, como compreenderão disse muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Eu recordo que o que está em causa, como já foi há bocado relembrado pelo senhor Deputado Hélder Faísca, é apenas a admissão, a não admissão da proposta para ser incluída na ordem de trabalhos. Hoje tem a palavra, senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Haverá sempre espaço para melhorar ainda. E eu mais à frente, na apresentação da proposta, também irei falar um pouco sobre isso, mas o trabalho que foi feito pelas equipas do município do sector dos transportes teve como base aquilo que já estava, digamos, em função e utilizando todos os contributos que nos foram chegando, bem como algumas reclamações de munícipes e alguns deles até que já vieram por algumas vezes aqui à Assembleia Municipal de melhoria dos serviços de transporte público. E isso foi tudo remetido para a AMAL. Foi tratado em muitas reuniões, técnicas que houveram e depois à frente irei dar nota que este novo modelo permite duas formas de fazer ajustes anuais através de uma bolsa de quilómetros que fica disponível para o melhoramento de alguns circuitos ou até de inserção de outros. E como é um novo modelo, os municípios irão financiar tudo aquilo que entenderem que seja possível e que o operador aceite inserir neste novo modelo de contrato. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Eu penso que estaremos em condições de votar a inclusão ou não desta proposta. E a Mesa, considerando a argumentação exposta pelo Executivo, propõe que a presente proposta seja incluída como alínea h) da presente ordem de trabalhos, mas apresentada e votada de imediato. Vou colocar o assunto à votação. Quem vota contra? Quem se abstém tem a palavra senhor presidente ou a quem pedir, Senhor vereador? Quero focar-me para a apresentação da proposta. Muito obrigado senhor Vereador Carlos Carmo, tem a palavra. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Tentando não me repetir nalguns do argumentário, mas o que estamos aqui a deliberar hoje é um contrato interadministrativo, como já foi referido entre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Câmara Municipal e a AMAL, depois de a concessão que está a terminar e de feita a avaliação, os municípios no âmbito da AMAL debateram muito esta matéria e entenderam que deveria se mudar o modelo que estava neste momento em vigor em termos daquilo que é a sua gestão. Porque, atualmente é uma concessão sem qualquer financiamento e que aquilo que o operador tem de receita é a bilhética e os municípios neste período, salvo o período de COVID, onde teve que haver o financiamento para o reequilíbrio orçamental da concessão pelo período do COVID, os municípios não tinham qualquer encargo financeiro com esta concessão, o que também limitava muitas vezes aquilo que eram as exigências que por vezes, os municípios faziam para melhoramento de carreiras, mas que mesmo assim, no caso do Loulé houve muitas situações que foram melhoradas neste período. Portanto, é uma concessão que este contrato vai dar origem ao lançamento do procedimento Concursal, que tem como objetivo iniciar em 1 de dezembro de 2026. Dizer que, ele já foi deliberado em maio, portanto, no Conselho Intermunicipal da AMAL e que tem por parte dos municípios e da AMAL um pagamento anual de 12 milhões €, que vou aqui explicar, para que não haja dúvidas. Porque, apesar de não estar, digamos, no âmbito do contrato, é desta forma que esta prestação de serviços, portanto, vai funcionar. A AMAL ficará com 75% da receita de toda a bilhética dos transportes públicos no Algarve e através dessa receita irá financiar, portanto, toda a operação ao abrigo da obrigação do serviço público. Depois haverá financiamento também por parte do incentiva +TP de 1,5 milhões € para fazer face também à necessidade de financiamento desta prestação de serviços. E o que ficou para a comparticipação dos municípios foi um valor de que ronda os 467.000€, que foi repartido pelos 16 municípios, tendo em consideração vários fatores, nomeadamente as redes municipais. Ou seja, o Município de Loulé tem 7 circuitos municipais que só servem o nosso município. Exemplo Quarteira/Loulé está inserida na antiga concessão e agora neste modelo de prestação de serviços e que está inserido neste modelo, e portanto, todos os circuitos municipais, foi-lhes atribuído um valor considerando a extensão da rede municipal. Por outro lado, existem 15 circuitos intermunicipais que abrangem o nosso município e foi feito um rácio do peso da população residente e também a proporção do quilómetro por veículo que traduz esse circuito municipal, intermunicipal, no nosso concelho. Portanto, basicamente é a mudança daquilo que é o modelo que está neste momento em vigor de concessão para uma prestação de serviços, para garantir uma melhor resposta àquilo que é o serviço público de transportes no Algarve e que depois também de muito debate, conseguimos que fosse inserido neste modelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de concurso uma percentagem de 25% de quilómetros que ficam nessa bolsa, que são cerca de 1,6 milhões de quilómetros, para que os municípios anualmente possam fazer uma revisão daquilo que são os circuitos inseridos no seu território ou aqueles que atravessam o seu território, para melhorar e terem esta bolsa que depois será repartida pelos municípios para poder melhorar ainda mais o serviço. -----

Além disso, também ficou definido porque é uma prestação de serviços. Se o município de Loulé quiser, por exemplo, criar um novo serviço, criar um novo circuito e que o operador tenha capacidade para dar resposta, o município irá financiar esse novo circuito ou esse novo serviço que possa ser criado, ou esse novo, ou esse novo horário. Portanto, o que estamos aqui a falar é um paradigma completamente diferente. -----

E também para responder ao senhor Deputado Carlos Costa, que há pouco não referi, foi também decidido pelos municípios retirar deste processo de contrato o transporte flexível, que foi, desculpem, a expressão que vou usar um completo desastre daquilo que era a capacidade de resposta que havia por parte do operador e todos os municípios, sem exceção, manifestaram o seu desagrado com a forma como esse modelo foi implementado. O que foi decidido foi retirá-lo deste contrato e vai haver um aviso que neste momento já está em vigor para que os municípios se possam candidatar e criar uma rede, eles próprios de transporte flexível, cada um por si, através de uma plataforma única que a AMAL irá disponibilizar. E fazemos nós, os municípios, a gestão do transporte flexível em articulação, sim é o transporte flexível a pedido. Portanto, exatamente, senhor Presidente e fazendo nós os municípios em articulação depois com as Juntas de Freguesias, essa gestão. Garantindo assim sem sombra de dúvidas, um melhor serviço em relação a aquilo que já estava a ser prestado. E ao dispor para qualquer esclarecimento que ainda entendam. Muito obrigado. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vereador. Estão abertas as inscrições para os senhores deputados que queiram usado a palavra. Tem a palavra o Deputado Manuel Coelho do CHEGA. -----

O Deputado Manuel Coelho (CHEGA) tomou a palavra e disse: Ora, muito obrigado, senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e também aqueles que assistem lá em casa. -----
Portanto, só esta situação dos transportes, ainda bem que isto está aqui a ser votado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

hoje, é sinal que há preocupação por parte da autarquia de dar melhores serviços. No que diz respeito à bancada do partido, CHEGA. Temos aqui, portanto, algumas propostas, sugestões sobre esta situação. Presumo que estejam já inseridas no programa, se não estiverem, gostaríamos que as tomassem em conta, nomeadamente, como já referiu o Vereador, que se estabeleça uma rede inter freguesias de transporte público, com horários regulares, veículos ecológicos e a preços acessíveis, como é óbvio. -----

Também, preocupa-nos aqui a bancada do partido CHEGA, que a cidade de Loulé, como concentra os principais serviços públicos, instituições escolares, unidades de saúde, comércio, equipamentos culturais e oportunidades de emprego. É essencial garantir uma ligação eficaz e acessível entre os seus serviços e os residentes da freguesia e das freguesias. Mais as freguesias mais rurais. Portanto, as regiões mais afastadas do centro, nomeadamente São Sebastião, uma parte também mais afastada de São Clemente, a parte ali das quatro estradas, todas essas situações que penso que iriam enriquecer o nosso concelho e a cidade de Loulé, torna-la ainda mais concorrida com mais pessoas, que é isso que todos nós queremos. -----

Também a promoção da mobilidade sustentável, da inclusão social e da coesão territorial é uma responsabilidade dos órgãos autárquicos é uma condição fundamental para o desenvolvimento equilibrado do concelho. Portanto, tendo isso em atenção, o que é que também temos aqui de proposta que é que o serviço seja economicamente acessível, com condições especiais para os estudantes, para os idosos e para os cidadãos em situação de fragilidade económica. Portanto, isso terá que ser estudado, feito. Penso que quando começar a empresa, irá dar outras valências e se isso possível? Eu falo sempre no interior. Portanto, somos aqui do campo, somos de muito perto de Loulé, mas torna-se tudo muito longe. Só é perto para quem tem um automóvel, para quem tem um veículo próprio. Porque para as pessoas idosas conseguirem ter acesso aqui ao centro de saúde, aos hospitais, inclusive para irem buscar medicamentos, uma coisa aparentemente simples, buscarem os seus netos ou os seus filhos, se não tiverem transporte, é muito difícil. Portanto, peço apenas em nome daqui da bancada do CHEGA que realmente tenham em atenção todas estas possibilidades e principalmente, não pensar só em Quarteira. Deve-se pensar em Quarteira e Quarteira precisa também, mas pensem também para aqueles que estão mais afastados. Estou-me a referir a Monte Seco, estou-me a referir ao Parragil, estou-me a referir, portanto, às quatro estradas. Estou-me a referir às Pereiras. Todas essas zonas que precisam realmente que sejam mais apoiadas e com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

uma população idosa isso seria extremamente importante. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Isilda Guerreiro, do CDS. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente e em si, cumprimento os presentes e os que nos assistem lá em casa. ---
O que o CDS tem a dizer sobre esta proposta? Pois realmente é algo que é esperado. Há uma série de anos que chegamos a esta casa a questionar sobre a falta de mobilidade e transportes públicos que funcionem nesta casa e noutras casas da democracia das várias freguesias que temos Preocupa-me que se será considerado o que aqui o meu colega de bancada disse, as zonas mais rurais. Porque eu de facto tenho 49 anos e noto que há 30 anos tínhamos os mesmos transportes que ligam duas zonas tão simples que nem sequer são tão rurais quanto isso. Nos dias de hoje são Loulé, Almancil, Vale de Lobo, Quinta de Lago, onde muitas pessoas trabalham e não tem forma de voltar para casa porque os horários não são compatíveis com os horários de quem trabalha em hotelaria, quer queiramos quer não, o concelho de Loulé é um concelho com hotelaria em várias freguesias, Quarteira, Almancil, Vilamoura e por aí fora. São destinos turísticos que têm horários totalmente diferentes. Isto devia ser tomado em consideração porque quando vemos carros a deslocarem-se de freguesias do interior como Salir, Querença e por aí fora, todos os dias com uma pessoa por carro. Se pensarmos na pegada de carbono, se pensarmos que estas pessoas vão ter que trazer os seus carros, vão ter que estacionar em alguns sítios que esgotam os estacionamento que existem nas poucas freguesias grátis. Quando criámos uma rede viária de autocarros que funcione e que dê alternativa, as pessoas vão sentir no bolso a poupança. Nós vamos sentir uma diferença na vida das pessoas que não têm de facto o valor material, que isto já deveria ter sido considerado há muito tempo. Espero que este contrato traga essa diferença. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite, senhor Presidente. Muito obrigado na sua pessoa. Permitam me que cumprimente todos os presentes e quem nos assiste lá em casa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

De facto, a bancada do PSD vai votar favoravelmente este assunto. É evidente que concordamos que com a concentração na AMAL deverá pelo menos ter a obrigação de haver economias financeiras, mas de qualquer maneira, confiamos no Executivo para que isto seja bem negociado e que, de facto, os transportes públicos melhorem. Porque, no Algarve quem depende dos transportes públicos de facto passa grandes problemas. Portanto, vamos confiar que o Executivo consiga negociar o próximo contrato um bocado melhor, de modo a favorecer toda a gente. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, Senhor Presidente. Portanto, o contrato, a proposta que está aqui a ser discutida é o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento AMAL/ Municípios. Portanto, não é só um contrato de minuta, não é só a aprovação da minuta. -----

Portanto, atualmente o serviço VAMUS não dá resposta às necessidades das populações deste concelho em termos de mobilidade intermunicipal e interfreguesias. e a sede do concelho, sendo que os moradores do interior e nos locais envolventes das cidades os mais prejudicados no que diz respeito a horários compatíveis com o trabalho ou para deslocações aos serviços públicos de saúde e outros. É deficiente a cobertura e os trajetos e os custos não são compatíveis com a realidade atual e da mobilidade urbana que se exige mais eficiente e sustentável. Articulados com as freguesias através de um serviço de chamada ou viaturas com lotações mais pequenas. No Algarve verificamos que 3 concelhos não aderiram ao projeto em 2017 Faro, Portimão e Albufeira. Nestes, certamente porque dispõem de um serviço mais eficaz de mobilidade urbana, que dispensam outros terceiros a fazer. Nesta proposta, para além destes municípios, Lagos também não adere ao mapa dos valores a pagar na rede municipal. Nós consideramos que Loulé tem todas as condições para melhorar a rede de transportes municipais e manter somente as ligações intermunicipais com os concelhos limítrofes de São Brás e Albufeira. Nesta proposta, é uma coisa que não é tampouco relacionada. Não é tido em conta o projeto Metrobus, cuja discussão pública há meses aconteceu e como se irá relacionar com este tipo de meio de transporte. Portanto, sabemos que o Metrobus tem várias paragens no concelho de Loulé e Faro e que se existem estas paragens o levamos não vai ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

alguma viabilidade de ocupação. Parece-me que os autocarros que em circulação são demasiado grandes e a frota é antiga. Aqui realmente na proposta há algumas reservas quanto à idade dos veículos, 10 anos não pode ter mais de 15 ou 13. desculpe. É que se uma parte deles tem que ser sustentáveis. Mas 10 anos é o prazo de vigência deste contrato. Quer dizer que acabou o contrato, nós vamos comprar viaturas depois. Obrigado. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Não há inscrições, dou a palavra ao senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O Vereador Carlos Carmo tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Agradecendo as questões colocadas. Começando aqui pelo senhor Deputado do CHEGA. Eu referi logo na apresentação que, quando fala de conseguirmos dar resposta àquilo que são as realidades de freguesias de menor densidade. Ora, a legislação que está, digamos, que rege a obrigação do serviço público de transportes tem regras bem definidas e no contrato que ainda está em vigor de concessão, aquilo que era essa obrigação estava abrangida pelo transporte flexível. Portanto, é daí que acreditamos nós, com a decisão que foi tomada pelos municípios, de extrair do próximo processo de contrato de serviço público de transporte. Aquilo que é a valência do transporte flexível a pedido, ou seja, dando resposta a necessidades como foi dito por vários senhores deputados, não tem sentido haverem viaturas com grande lotação para transportar uma ou duas ou cinco pessoas, o que seja, com o impacto ambiental ou impacto económico que isso tem. O transporte flexível a pedido, sabemos nós isso é exemplo em vários pontos do país irá dar resposta a essa necessidade. E havendo a decisão de não voltar a delegar essa competência, porque aquilo que nós estamos a fazer hoje é a voltar a dar a competência. Como disse o senhor Deputado Carlos Martins, e bem, com o financiamento associado, porque antes era uma concessão, agora é uma prestação de serviços. Havendo essa decisão que faz com que o transporte flexível a pedido fique nos municípios, temos nós, não é a garantia, mas iremos fazer tudo para dar resposta a essas necessidades. -----

Quando falou da acessibilidade e de conseguirmos ter uns transportes para todos, eu recordei, não tendo muito a ver, mas como falou em vários aspetos, os circuitos urbanos de transportes em Quarteira, Loulé e Almancil são gratuitos. São gratuitos desde a pandemia e decidimos mantê-los. Portanto, aí a acessibilidade para todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

está garantida, porque isso está na esfera dos municípios, e como o Deputado Carlos Martins também referiu, alguns municípios não aderiram a esta transferência da competência porque alguns desses municípios têm um conceito de transporte dentro do seu município, diferente do que temos em Loulé. Nós temos transportes urbanos que circulam, portanto, dentro das áreas urbanas, portanto de Loulé, o transporte, o Apanha-me não vai para Quarteira porque já existe uma oferta pública ao abrigo do transporte de passageiros que está, neste caso, no âmbito de uma concessão e a seguir vai estar no âmbito de uma prestação de serviços e aquilo que diz a lei, é que havendo uma resposta por parte, neste caso do concessionário, ou do operador à Câmara Municipal ou qualquer outro operador, não pode se sobrepor e criar um outro serviço idêntico. Tem que primeiro perguntar ao operador está disponível para fazer isto? Sim ou não? Se o operador não quiser, aí sim, com este novo modelo, o município pode aumentar, digamos, essa frequência ou aumentar um serviço que antigamente não haveria. Há municípios que, por exemplo, no caso de Albufeira, os seus circuitos urbanos são municipais na perspetiva que existe um circuito que vai a todo o concelho. Obviamente que a realidade do concelho, como Albufeira ou como Lagos, ou como Portimão, é muito diferente do concelho de Loulé, pela diversidade, pelo território que tem. Portanto, nessa perspetiva, é muito diferente. ----- Sobre a questão do senhor deputado, são questões completamente diferentes. O Metrobus será um projeto que irá ligar aquilo que se designa por Algarve Central com um transporte dedicado. Obviamente que nessa altura, quando isso for uma realidade, garantidamente que haverá uma interligação, nomeadamente naquilo que é a resposta e os horários. Mas a vigência deste contrato são 8 anos, provavelmente, penso eu, não sei se haverá alguma coincidência já no próximo contrato com o Metrobus. Esperemos que sim, mas acredito que como anualmente é possível fazer algumas alterações e atualizações, o mesmo pode ser tido em conta. ----- Eu só quero aqui precisar porque não percebi bem quando referiu a idade média dos veículos. São 10 anos e é o que está no contrato. A idade máxima 13 anos. Foi isso que disse e muito bem, e depois há algo que eu não referi, que o senhor Deputado do CHEGA também aquilo colocou, que há uma obrigação, que 51% da frota tem que ser movida a energias limpas. Portanto, há logo uma obrigação para que a grande frota que é necessário para dar resposta aos transportes públicos no Algarve, 51% já terá que ser de energias limpas, o que é um aumento da qualidade do ar, um aumento daquilo que é a sustentabilidade ambiental com a redução das emissões que a mesma possibilita. Portanto, penso que respondi a todas as questões. Mas se houver mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

alguma, estou ao dispor. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor vereador. Penso que foi claro, elucidativo. Não há mais inscrições. Estaremos em condições de passar à votação. -----

Passou-se à votação: -----

h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 978-2025 [DTO] - VAMUS ALGARVE 2026-2034 - Contrato Interadministrativos de Delegação da Competência e de Financiamento AMAL/Municípios; Aprovação a minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento das Atividades Exercidas ao Abrigo das Competências Delegadas dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes, cuja despesa inerente ao município de Loulé é a apresentadas nos quadros I, II e III, conforme informação em anexo que sustenta a presente proposta, e remeta à Assembleia Municipal nos termos do previsto na alínea c) do n.º1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sua redação atual, dado que se trata da assunção de compromissos plurianuais; -----

A Proposta foi **aprovada por maioria**, com 30 votos a favor (19 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS) e 3 abstenções (1 BE, 1 CDU, 1 PAN);-----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1026-2025 [DAF] - Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2024, nos termos do n.º 2 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea I) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; **para deliberação;** -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento a si, à Mesa, ao Executivo Municipal, às Senhoras e Senhores Vereadores, ao público aqui presente e a quem nos segue a partir das redes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

digitais. Muito boa noite a todos e a todas.-----

No que diz respeito às demonstrações financeiras consolidadas do ano de 2024, ela decorre da Lei 73/2013, portanto, que é o regime financeiro das autarquias locais, no seu artigo 76º nº 2, que, sem prejuízo da prestação de contas individuais, que foi aquele exercício que foi feito na Assembleia Municipal do passado dia 28 de abril, em que a prestação de contas da Câmara Municipal e das empresas municipais veio a esta Assembleia. Neste momento, o que determina a lei, é que os municípios apresentam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Informar aqui a Assembleia que se mantém o princípio da consolidação, isto é, constituído pelas três empresas de infraestruturas Infraquinta, Infralobo, Loulé, Concelho Global, e a Escola Profissional de Alte. E, portanto, quais são das sociedades em que o município tem participação? Aquelas que são consolidadas são aquelas onde o município exerce o controlo por ter a maioria do capital social? Apenas algumas notas adicionais. Portanto, os factos mais relevantes que destacam do documento de prestação de contas consolidado é que o total do ativo do município, com a consolidação destas empresas municipais, totaliza 553,6 milhões €, cresce 27,8 milhões € em relação ao ano transato de 2023 para 24. O total do património líquido, um total de 495 milhões €, cresce 20,4 4 milhões €, mais 4,3%. O resultado líquido com 18,8 milhões €, mais 7,4 milhões € do que em 2023, portanto, mais de 64%. Dar nota apenas que tem o parecer favorável de certificação legal de contas consolidadas e de destacar os indicadores financeiros que também estão no relatório, que são muito positivos na sua globalidade. Destacar aqui a autonomia financeira, que é excecional. Uma enorme disponibilidade de liquidez, quer geral, quer imediata e uma grande capacidade de investimento do município e das empresas municipais. Estou disponível para alguma questão. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-presidente . Estão abertas as inscrições para os senhores deputados que pretendam fazer uso da palavra. Carla Gomes, da CDU, tem a palavra. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigada, Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e aqueles que nos assistem em casa. -----

Embora isto seja a apresentação das contas consolidadas, chegam nos agora muita matéria relativamente a todas as empresas municipais. Uma vez que os relatórios de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

contas é um bocadinho “copy” e cola do ano anterior, eu solicitei os balancetes das empresas municipais e gostaria que me esclarecessem aqui algumas questões. Na leitura diagonal que foi feita, mas gostaria e vou colocar para já da Inframoura. A Inframoura recebe 1.000.200,00 € da Câmara Municipal, mas não consegue receber dos seus clientes 1.530.000,00 €? Tem 625.000,00 € de clientes de cobrança duvidosa e criou apenas perdas por imparidade de 68.000,00 €. Qual é as ações que a empresa Informou que vai ser detida 100% pela Câmara, está a fazer para recuperar este diferencial de 550.000 €? Isso é uma pergunta. -----

Relativamente à remuneração, eu não pude deixar de reparar na remuneração da gerência. É bem simpática, mas gostaria de saber quem são, quem são, quantas são as entidades que estão, no que são os órgãos sociais. Porque o relatório de contas fala dos trabalhadores, mas não distingue. Ou seja, qual? Porque, pode ser muito simpática e extremamente simpática, mas é sempre simpática e também repare que a Inframoura uma empresa que vai ser 100% municipal, ainda é a única das empresas municipais que paga despesas de representação e aos órgãos sociais. Pagou 26.000 €. Ou seja, quase tanto como em todo o ano aos restantes trabalhadores. Ou seja, é uma empresa que poderia ter despesas de representação, mas prefere pagá-las aos sócios. -----

E também gostava de saber porque, lá está, gostam muito dos outros, mas os outros também se dividem e os outros credores por acréscimos estão 798.000 €. Ou seja, eu gostaria de saber que acréscimos são estes. Obrigada.-----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhora Deputada. Senhor Vice-presidente, tem a palavra. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Foi a primeira vez que foram solicitados os balancetes analíticos, balancetes analíticos, esses que estão depois vertidos na demonstração de contas das empresas municipais e dar a primeira nota. Senhora Deputada Carla Gomes. E agradecendo as suas questões, que não foi apenas agora que ficaram a conhecer a prestação de contas das empresas municipais. Se recuarem ao dia 28 de abril, o relatório das empresas municipais também foi anexado na prestação de contas e, portanto, esses elementos existiam. Foram apreciados e a fusão ou integração no universo municipal, respetiva consolidação a que vem agora. Mas esses documentos não foram apenas disponibilizados agora e, aliás, tanto mais que na prestação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

contas em abril, os documentos são logo disponibilizados nas plataformas online de todas as empresas municipais, como manda a legislação. Portanto, os balancetes analíticos nunca foram efetivamente disponibilizados para a Assembleia. No entanto, foi solicitado e foram entregues. Esses balancetes analíticos são analisados pelo Revisor oficial de Contabilidade e, portanto, cada empresa municipal tem o seu ROC, que são credenciados e que são as pessoas que analisam os balancetes, analisam a prestação de contas emitindo, quando consideram que a prestação de contas é válida, emite o seu parecer favorável, sem ênfases e sem reservas, que foi o caso. No caso. Coloca-me aqui umas questões muito, muito explícitas sobre a gestão corrente da empresa em Inframoura, designadamente que ações é que estão a fazer para recuperar a dívida? Olhe, não sei não. Não participo ativamente na gestão corrente, mas posso colocar essa questão já de seguida ou administrador para que possa esclarecer. Agora seguramente e fará todas as ações necessárias, levando até aquilo que possa ser as execuções fiscais, para poderem ser ressarcidos das dívidas que tem, sobre a remuneração da Administração, quantos. -----

As empresas municipais, têm todas 3 pessoas na sua administração um administrador executivo e 2 não executivos. No caso da empresa Inframoura, têm 2 administradores executivos. E daí que a remuneração total desta empresa municipal e também das respetivas despesas de representação seja díspar das demais empresas municipais. Portanto, todas as demais têm apenas 1 administrador executivo. No caso da Inframoura, tem 2. E, só dizer-lhe, a remuneração e as despesas de representação decorrem da legislação. Portanto, é inequívoco que o valor seja muito ou pouco daquilo que é a sensibilidade de cada um, decorre da legislação e, naturalmente, decorrerá se as empresas municipais, pela sua complexidade e pelo seu volume de faturação, têm a possibilidade de ter mais do que 1 administrador executivo ou não, e a partir daí, tendo 2 administradores executivos, tem o processamento salarial idêntico cada um desses administradores executivos. -----

Sobre outros credores e acréscimos, como compreenderá, mais uma vez respondo lhe não estou na gestão corrente destas empresas municipais. Desconheço o que é que possa estar por trás. É uma questão que com certeza será esclarecida por escrito à senhora deputada, com todo o gosto, assim que tiver oportunidade de pedir essa informação. A gestão contabilística da empresa municipal. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Vice-presidente, Senhora Deputada, pediu a palavra novamente, tem a palavra a Senhora Deputada Carla Gomes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. Só dizer que em abril o que foi enviado para esta Assembleia foram apenas as demonstrações financeiras que são o DRE e o balanço. O balancete não deveria de ser uma coisa que tenha que ser solicitada. Ela tem que vir juntamente com as contas, como também foi pedido um mapa de imobilizado e todos os outros elementos. Como só vieram agora, é natural que as questões se coloquem agora. Agora, se são consolidadas, sendo empresas que têm participação da Câmara, a Câmara tem de saber qual é a gestão destas empresas e como é que ela está a ser gerida e onde é que está a ser gasto o investimento. Porque se vocês transferem para lá 1 milhão para cada uma delas, têm de saber porque é que estão a transferi-la? Penso eu! Agradeço. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. O balancete analítico. Tanto quanto é do meu conhecimento neste momento e creio não estar a cometer nenhum erro, e se assim for, hei-de-me retratar numa próxima Assembleia Municipal. Mas, tanto quanto é do meu conhecimento, não é um documento obrigatório na prestação de contas e por isso não vinha anexo como nunca veio. Os balancetes analíticos em nenhuma prestação de contas anterior do universo municipal, nem da Câmara Municipal de Loulé. Em todo caso, foi solicitado e foi entregue tão depressa quanto possível. Aliás, foi entregue há dois ou três dias depois da solicitação da senhora Deputada e, aliás, como foi para a Assembleia Municipal que tivemos a meio deste mês, esteve seguramente bastante tempo para poder analisar. E sim, é verdade que rubricas de outros credores acréscimos eu não sei e julgo, o sector empresarial local está aqui sob alçada do senhor Presidente da Câmara. Ele também não tem a obrigação de saber, mas uma vez que feita a questão, com certeza será esclarecida cabalmente. -----

E depois, dar nota sobre os investimentos nas empresas municipais, sabemos perfeitamente o que é que as empresas municipais estão a investir. Olhe, vou lhe dizer a Infraquinta investiu 864.000 € no ano passado, 541.000 € na Infralobo, a Inframoura 755.000 a Loulé Global 183.000 €, e no meio desta análise, o que lhe posso dizer é que é um dos melhores investimentos de capital de sempre das empresas municipais





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

desde 2013. O que é que lhe posso dizer? O investimento de 2024 supera a média do primeiro e do segundo mandato do Presidente Vítor Aleixo. Portanto, continuamos a fazer, de facto, investimento de capital nestas empresas municipais. O total do investimento feito nas empresas municipais neste quadriénio 2021 a 2024 totaliza 7,7 milhões €. Disponível para algum esclarecimento adicional. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda. E seguidamente, Hélder Faísca, do Partido Social Democrata. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Portanto, para além do que afirmámos durante o debate sobre o relatório de gestão referente a 2024, pouco mais temos a adiantar acerca das contas consolidadas do município do sector empresarial local. Relembramos que quando foi a apresentação do Orçamento em 2024, o senhor Presidente da Câmara diz que a visão estratégica estava focada em garantir que o concelho de Loulé fosse dos melhores do mundo. Infelizmente, os resultados alcançados ficaram aquém do prometido. Para isso, basta ler os relatórios referentes aos índices de pobreza no concelho. Do abandono escolar dos sem abrigos. Da escassez de habitação pública, das rendas e casas mais elevadas, da precariedade do emprego e dos salários mais baixos? Da desertificação do interior que continuou? De um PDM sucessivamente adiado, que vimos, só beneficia os interesses imobiliários e ao aumento preocupante da construção do litoral do concelho. Nestes 12 anos, o município teve todas as condições para sermos o melhor dos melhores. Infelizmente, passado mais de uma década verificamos que tanto ficou por fazer, mas não foi por falta de meios financeiros, nem de recursos humanos, nem de empresas municipais ou fundos comunitários, de consultores, assessores e recursos a aquisição de serviços externos. Perdemos tempo, oportunidades e não resolveram as necessidades básicas. -----

Ainda sobre as empresas municipais. portanto, é o setor empresarial local. Mais a Câmara ascende a 2.563 trabalhadores. Representa um acréscimo de 32 trabalhadores em relação ao ano anterior. Portanto, trabalhadores houve e julgo que foram, eram trabalhadores capazes para fazer serviços. -----

No que diz respeito às empresas municipais, o senhor Vereador desculpe, senhor Vice-Presidente, na página 5 a 7 do relatório, é difícil para quem não é do ramo da contabilidade. Não compreendemos o critério diferenciado na apresentação dos factos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

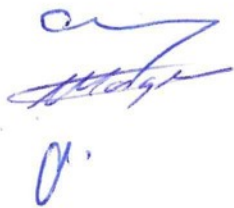
Mandato 2021-2025

mais relevantes destas empresas, todas elas com o mesmo objeto social que Inframoura, Loulé Global e Infralobo. Seria importante que as regras fossem as mesmas para uma melhor análise dos indicadores de gestão, a Infracinta apresenta alguns indicadores de gestão, a Infralobo fala de um período de crescimento sustentável, a Inframoura em 2024 ficou pautado pela situação de alerta de um motivo de seca. Portanto, já a Loulé Global, fala do alargamento que ainda não foi feito, mas que há de ser no domínio da habitação. O que verificamos é que as receitas alcançadas por estas quatro empresas a Infracinta 7,3 milhões €, a Infralobo 5,4 milhões €, a Inframoura 11,9 milhões € e a Loulé Global 1,7 milhões €. Isto quer dizer, se não fossem os subsídios à exploração dados pela Câmara, estas empresas tecnicamente estavam falidas, não tinham receitas para cobrir as suas despesas correntes. Assim, a Infracinta é a melhor. Recebeu 100.000 € de subsídios à exploração, a Infra Lobo, 600.000, a Inframoura, 1.200.000 e a Loulé Global 607.000,00 € Quer dizer que as despesas com o pessoal, nalguns casos, não estariam garantidas se não fossem esses subsídios à exploração. E é aqui que eu gostava de saber que subsídios à exploração são estes? E também gostava de saber os investimentos feitos para estas empresas foram feitos com capitais próprios, com empréstimos ou através de transferência de verbas do município para estas empresas? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado pelas suas questões, Deputado Carlos Martins. Vou procurar responder às questões que colocou. -----

No que diz respeito à apresentação do Orçamento de 2024 e o concelho de Loulé ser o melhor do país. O Sr. sinalizou que pouco ou nada se fez para as pessoas e devia se ter investido muito mais. Eu vou recuperar aqui uma informação que foi partilhada na última assembleia do dia 28 de abril, designadamente as principais atividades de apoio direto às pessoas e as famílias. Sinalizei que no ano de 2015 tínhamos um investimento total de 3,4 milhões € e que no ano de 2024 investimos 10,2 milhões €, portanto mais 6,7 milhões € de apoio direto às pessoas e às famílias através das IPSS, cabazes alimentares, refeições escolares, transportes escolares. Há aqui uma série de rubricas e isto ficou evidenciado na última assembleia sobre o investimento e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

evolução do investimento, também creio que ficou claro. Primeiro quadriénio da gestão do Presidente Vítor Aleixo e da sua equipa. A média do investimento de capital do município foi de 14,7 milhões €, no segundo mandato, a média foi de 23,9 milhões € e o último mandato, este que termina agora, este ano, temos uma média de 34,7 milhões €. Portanto, há efetivamente uma progressão, uma melhoria. Queríamos efetivamente que houvesse mais investimento, é verdade, mas há aqui claramente trabalho e os números falam por si. -----

Sobre os trabalhadores, apenas fez aqui uma referência à evolução de mais de 36 trabalhadores. Em todo o caso, o que lhe posso dizer é no universo das empresas municipais, desde o início do mandato até posso dizer, desde 2013, as empresas municipais aqui, que estão em apreço ou em avaliação, são. Só um segundo, por favor, que não estou a conseguir abrir aqui o ficheiro. Assim que eu conseguir dir-lhe-ei continuo e depois já recupero esta informação. -----

Referiu da página 5 a 7 do relatório, no que diz respeito aos indicadores de gestão que cada uma das Infras descreve de uma forma distinta, É verdade que não está harmonizada e se calhar parece-me uma boa recomendação que passemos a ter essa informação sinalizada de outra forma. Em todo caso, os indicadores estão bem no final do relatório, portanto, é fácil conseguir recuperar no final do relatório, os indicadores de gestão de todas as empresas municipais, rácios de solvabilidade da autonomia financeira, liquidez, etc. E lá têm elencado todos, mesmo que não esteja no descritivo entre a página 5 e 7, como disse, está evidenciado na tabela no final do relatório. Portanto, aí está inequívoco, uma comparação de todos os indicadores, estão idênticos entre as empresas municipais e o município. -----

Estava eu a dizer, e voltando atrás, senhor Deputado. Eu tenho aqui apenas o número de trabalhadores afetos ao universo das empresas municipais desde 2017 até ao ano passado, nós tínhamos um total de 356 trabalhadores em 2017 e neste momento temos 389. São, de facto, mais de 33. A maior parte dos trabalhadores foram incorporados recentemente nestas empresas municipais. -----

Quando uma empresa municipal sinaliza a seca nos relatórios de gestão de cada uma das empresas municipais. Todas elas evidenciam o período de seca, porque o volume de faturação delas depende maioritariamente da venda de água e, efetivamente, com as reduções de consumos, afetou a gestão das empresas municipais. No que diz respeito à principal variável de geração de receitas próprias. -----

Subsídios à exploração é um tema que nós já temos falado. Portanto, primeiro a primeira nota estes subsídios à exploração das empresas municipais estão aprovados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

desde 2022 até ao final do mandato. Cada uma das empresas tem estudos de viabilidade económica e financeira que demonstram a necessidade destes subsídios à exploração. Os subsídios à exploração não servem para cobertura de prejuízos. Falando das três empresas de infraestruturas, os subsídios à exploração são devidos, porque o município delega nestas empresas municipais competências que são deficitárias, designadamente a limpeza urbana e a gestão e manutenção de espaços verdes. As receitas que são geradas no universo das atividades, atividades reguladas. A água, saneamento e resíduos não podem ser usadas para subsidiar cruzadas, que era algo que acontecia historicamente nas empresas municipais, isto é, as receitas da água, do saneamento e dos resíduos. É para investir precisamente nessas infraestruturas e nessa gestão, Não é para utilizar essas verbas para melhorar a limpeza urbana e os espaços verdes. Aí entra o município a compensar, porque efetivamente, se fosse feito dentro do município teríamos essa despesa e não teríamos receitas adicionais. É uma compensação que não tem nada a ver com o equilíbrio financeiro daquilo que é o relatório e o resultado líquido das empresas municipais. Tem a ver com a justa compensação de uma exploração de uma atividade que é deficitária, tal como uma empresa municipal do Loulé Concelho Global que explora o Mercado Municipal de Loulé com taxas sociais que são decididas por todos nós e como tal não é viável económica e financeira a gestão e manutenção do mercado municipal. E nós temos que compensar com cerca de 200.000 € para que? Não é para dar lucro, é para compensar o défice de exploração da atividade de gestão do mercado municipal. É a mesma coisa se coloca em relação aos transportes urbanos que ainda agora, creio que toda a gente concorda com a gratuidade dos mesmos. Eles custam cerca de 700.000 € por ano a Loulé Concelho Global, e têm receitas zero, e portanto, o município tem que compensar com subsídios à exploração. Estão devidamente fundamentadas naquilo que são os relatórios de gestão das empresas municipais e creio que sobre isso. A questão sobre se os investimentos que eu acabei de elencar foram todos feitos com capital próprio, não tenho essa informação aqui. Se me permitir, senhor deputado, darei nota. Mas, em todo o caso, tudo o que diz respeito aos empréstimos bancários contratualizados por cada empresa municipal, elas também estão elencadas no relatório. É possível ver a maturidade desses empréstimos bancários e essa análise pode ser feita, mas eu não a tenho. Responderei assim que puder, de uma forma precisa. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidente. Tem a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. É só para dizer que a bancada do PSD vai manter o sentido de voto que teve aquando da aprovação das contas em separado. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Continuam abertas inscrições. Não havendo inscrições, iremos passar à votação. ----

Passou-se à votação: -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1026-2025 [DAF] - Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2024, nos termos do n.º 2 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 22 votos a favor (19 PS, 3 PSD) e 11 abstenções (5 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN); -----

Passou-se aos pontos seguintes: -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1052-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal/3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita/ 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; **para deliberação**; -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1055-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; **para deliberação**; -----

O **Presidente da AML** continuou e disse: O executivo solicitou a apresentação conjunta das alíneas c) e d). -----

A Proposta da Câmara Municipal 1052/2025 - Alteração ao quadro plurianual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

municipal, a terceira alteração orçamental modificativa da receita, a terceira alteração orçamental modificativa da despesa e a terceira alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, e a Proposta da Câmara Municipal. 1055/2025 - Assunção dos Compromissos Plurianuais. Abertura de procedimentos contratuais. Alguém se opõe à apresentação conjunta destas duas alíneas e votação em separado? Não havendo oposição, tem a palavra Senhor Vice-Presidente. -----

O Vice-Presidente, David Pimentel, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Portanto, esta é a terceira alteração modificativa do Orçamento do Município, e salientar que ela não prevê qualquer alteração do montante global do Orçamento no que diz respeito à sua afetação do período em análise de 25 a 29, portanto ela mantém o mesmo valor altera a distribuição plurianual da receita e da despesa nos anos de 2025, 26 e 27, conforme está no mapa anexo. -----

Dar nota que foram alteradas duas rubricas, essencialmente a mais, as mais relevantes, que é a construção do edifício municipal em Loulé para a investigação na área das ciências biomédicas, há uma redução de 2 milhões €, uma vez que o projeto de execução está agora indeterminado e há uma apreciação mais precisa daquilo que será o valor da empreitada, e o orçamento até estava estimado por excesso e, portanto essa redução, e no que diz respeito à reabilitação do antigo Casino de Quarteira, como creio que saberão, há um reforço, porque efetivamente tem que se lançar pela terceira vez este concurso público por um valor de 2.000.850 €, que terá a despesa no período de 2025 a 27. A última nota que creio que ainda não foi partilhada com a Assembleia, de facto os concursos públicos, não só em Loulé, mas como no país, mas dando uma um dado relevante, este ano nós temos cerca de 25% dos concursos públicos a ficarem desertos, e isto é um número avassalador. Foi feita uma análise a nível nacional e, enfim, é uma tendência que se verifica no país e que nos anos anteriores nós não tínhamos de facto tantos concursos a ficarem desertos. Neste caso o antigo Casino de Quarteira, voltamos a terceira vez, apesar de já ter sido adjudicados. Ele teve que voltar a ser lançado o concurso público. Se tiverem alguma dúvida, também estou eu e o meu colega Vereador Abílio para esclarecer sobre esta questão. Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Vice-presidente. Senhora Deputada Ana Poeta do PAN, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, as minhas questões prendem-se com a alínea d) Não sei se posso colocar já? -----
Eu estou a olhar aqui para a proposta dos compromissos plurianuais, mas para ser sincera, não me diz absolutamente nada. Conservação e recuperação de edifícios municipais. Eu gostava de saber quais são? Construção de um edifício municipal por 27 milhões. Gostava de saber qual é que é o edifício municipal? -----
Construção e reparação de estradas e caminhos. Também não sei quais são. Mas este edifício municipal, sinceramente, é aquele que tenho mais alguma curiosidade. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhora deputada. Tem a palavra o Senhor Vice-presidente . -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhora Deputada Ana Poeta, a conservação e reparação de edifícios municipais, assim como a construção e reparação de estradas e caminhos municipais, são rubricas genéricas, portanto. Isto é, nós só temos o hábito de evidenciar no PPI e intervenções no que diz respeito, por exemplo, a caminhos e estradas de valor superior a 100.000,00 €, quando de facto não o são para não termos um PPI ainda mais extenso. Temos uma rubrica genérica que é utilizada nesse sentido e os edifícios municipais são todos aqueles que estão na esfera da gestão patrimonial do município e, portanto, serão pavilhões, serão edifícios escolares. É por aqui que se vai fazendo as reparações, manutenções correntes, as pinturas às pequenas reparações, obviamente empreitadas de reabilitação ou de ampliação entrou em rubricas específicas. A construção do edifício municipal em Loulé, é aquele que eu acabei de dizer que temos o projeto de execução finalizado e que diz respeito à investigação na área das ciências biomédicas, é um edifício municipal que terá esse fim e que está orçamentado neste momento. Ele estava com mais de 29 milhões € na gestão orçamental em termos de previsão. E há uma redução de 2 milhões €, conforme lhe disse, cifrando-se agora, neste momento, em 27.150,000 € em termos de afetação plurianual. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Senhora Deputada Ana Poeta, do PAN, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

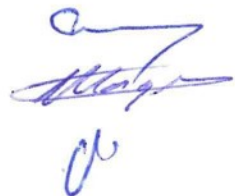
A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Gostava só de colocar uma questão. Porque é que sendo uma construção de um edifício municipal e uma vez que sabem, porque é que a rubrica não é explícita e dizem exatamente qual é que é o edifício, da mesma forma como é que vou dizer agora colocar por escrito qual é que seria o edifício? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Deputada. Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Senhora Deputada, é uma rubrica que está aberta desde 2021, como pode ver aí na Codificação e na altura foi a designação que foi decidida. e agora só estou a ser mais explícito para dizer que efetivamente ao que é que se destina. Um edifício municipal pode ter várias valências. Neste caso ele tem essa atividade prevista, mas em 2021, quando foi aberta a rubrica, não lhe sei dizer por acaso é antes da minha presença no município, foi a decisão dos serviços e com certeza com o Executivo municipal mas está claro, e creio que já está claro para toda a Assembleia Municipal que se trata deste edifício em particular. Muito obrigado. senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu também quero dar aqui um pequeno contributo para esclarecer, espero eu cabalmente à senhora Deputada. ----- Aqui este edifício, também nós usamos à designação de Edifício Mariano Gago para homenagear aquele que foi o ministro que foi responsável, de facto, por uma nova era na investigação científica do país. Mas como muito bem explicou o senhor Vice-presidente, desde o princípio, a rubrica foi aberta com esta designação edifício Municipal. Portanto, não alterámos, mas ele internamente, entre nós e eu pensava também que entre os senhores, é o Edifício Mariano Gago, que vai ter, portanto largas dezenas de metros quadrados para investigação científica, fundamental na área das ciências biomédicas, com projetos contratualizados já nesta altura e que se espera venha a ser uma enorme mais valia para toda a região do Algarve, no sentido de abrirmos aqui, digamos, um sector novo para diversificar a base económica da região. Portanto, falamos do investimento estratégico na área da inovação e da investigação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

científica, que depois é o que se espera, possa depois atrair muita atividade de natureza privada na área das Ciências farmacêuticas e numerosíssimas empresas que têm a sua atividade neste segmento da economia. Portanto, já foi aqui várias vezes apresentado este assunto debatido, eu tenho dito inúmeras vezes que Loulé está, desde há uns anos a esta parte a construir um ecossistema para a inovação e a investigação científica. Portanto, eu pensava e penso ainda assim, apesar da sua pergunta que este assunto fosse um assunto que já estivesse na consciência de cada um de nós relativamente amadurecido. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente, está inscrito o senhor deputado Carlos Martins, faça favor tem a palavra.-----

O Deputado **Calos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Realmente eu não percebo o objetivo desta alteração orçamental e dos respetivos compromissos plurianuais. Como ainda há um mês fizemos uma revisão ou duas ou dois meses e que realmente falta muito pouco para concluir este mandato. No entanto, também porque realmente a maior parte das revisões são para anos subsequentes a 2025. Ora, nós só temos competência legal para fiscalizar em termos vinculativos, só nos prende com o ano em curso, não é com os anos subsequentes. Portanto, julgo que oportunisticamente, estas duas propostas não têm grande razão de existir. Sobre a construção do edifício municipal, toda a gente sabe que este edifício para entregar o ABC. Quer dizer, não é preciso a gente estar aqui com rodriguinhos de edifício, de habitação, de inovação. Depois, Mariano Gago não. Este edifício que está aqui, a intenção, pelo menos foi no protocolo de 2018 que seria construir um edifício em Loulé para entregar a uma empresa, em protocolo à entidade ABCAD. Portanto, trata-se de um investimento que nós já criticámos, não o projeto porque fomos dos primeiros a apoiá-lo em 2018. Como tal, estão muito poucos aqui que sabem disso se calhar, mas que não concordamos de maneira nenhuma com este tipo de megalomanias. quer dizer, 27 milhões € de uma obra que ainda sequer o projeto está aprovado. É de mais para este concelho com tanta necessidade. E continuamos a criticar exatamente isso, porque inicialmente aquilo era um projeto de 6 milhões € e está aqui nesta casa, o senhor Dr. Nuno Marques, que saberá que realmente era assim esses valores hoje, passados 2021, foi a abertura da obra. Já estamos no final de 2025 e raramente pouco ou nada se avançou. Obrigado senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor deputado. Tem a palavra o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, o que eu lhe posso dizer relativamente àquilo que acabo de ouvir é que, eu não posso, no limite queixar-me muito daquela que tem sido a posição da Assembleia Municipal relativamente ao apoio que sucessivamente tem vindo a ser dado a este projeto. Mas na verdade, ao mesmo tempo que se apoia, oiço comentários como aquele que acabo de ouvir do senhor Deputado Carlos Martins, que é um investimento megalómano. Não é um investimento megalómano. Senhor Deputado, não se pode esperar que o Município de Loulé seja um município sem ambição, que seja um município que não tenha sempre a pretensão de ser uma espécie de motor de desenvolvimento da região. Se olhar para o passado, nós de certa maneira, sempre assumimos esse papel. E não era agora, no momento em que estamos a viver felizmente, apesar de todos os condicionalismos e de todas as enfim situações preocupantes que se desenrolam em todo o mundo, mas que apesar de tudo a nossa região, do ponto de vista económico, vai resistindo e vai arrecadando verbas, e temos orçamentos muito significativos. Nós não podemos fazer obras como faz o município de São Brás ou como faz o município de Castro Marim. Nós somos um grande município no Algarve. Nós temos a obrigação de rasgar horizontes para esta região e este é precisamente um desses projetos. E, portanto, eu, com todo o respeito pela sua opinião, não aceita essa adjetivação de que este investimento seja um investimento megalómano. Ele é muito ambicioso. É, sim senhor, porque eu, neste lugar, desde que com os meus colegas do Executivo, assumimos a responsabilidade de governar este grande município no Algarve e no país. Nós sempre colocámos a fasquia ao nível do potencial que este concelho tem. Este concelho é um grande concelho, com enorme potencial e não pode ficar-se com projetos medianos, muito menos pequenos projetos. É o relatório Mário Draghi. São as declarações programáticas da presidente da Comissão Europeia. Toda a gente aponta que a investigação na área das ciências biomédicas, nas biociências, é um défice. Nós temos acumulado um atraso relativamente aos Estados Unidos e relativamente à China, que a Europa tem, como é, onde é quarto ou quinto eixo do programa da Comissária Úrsula Von der Leyen, e, portanto, nós aqui até estamos alinhados com aquelas que são as grandes diretrizes do, digamos, da Comissão Europeia. Eu não vejo qual é o problema de Loulé posicionar-se nessa linha. Temos, felizmente, recursos para isso. Não sei qual é a reserva? Eu acho que esta é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

grande decisão e que nós deveríamos estar todos muito esperançosos para que tudo isto vá correr bem. Eu tenho muita confiança que tudo isto vai correr bem. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Antes de dar a palavra, ao senhor Deputado Hélder Faísca, quero informar os senhores deputados, que estamos aqui com um problema na contabilização do tempo... -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, interveio e disse: Senhor Presidente, há questões que não foram... -----

O **Presidente da AML** interrompeu para esclarecer e disse: Não, não está, até porque é assim, esta sessão, tal como já foi falado em sessão em Conferência de Representantes, será para terminar hoje, nem que a gente tenha que prolongar um bocadinho, de forma que vamos fazer uma gestão criteriosa dos tempos. Como já perceberam os tempos das alíneas anteriores voltaram todos a zero quando mudámos de alínea e provavelmente vai acontecer a mesma coisa agora, quando voltámos a mudar. Só que os recursos, não são infinitos. Portanto, temos que gerir o tempo com parcimónia, como se os cronómetros estivessem a funcionar bem. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, interrompeu e disse: Ficaram duas questões por responder, se for possível? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Sim, se faz favor. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, retomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Presidente. Queria só começar primeiro por pedir desculpa ao senhor Deputado Carlos Martins, porque eu interrompi o no seu raciocínio. Estava a solicitar à Mesa a correção dos tempos porque precisamente já percebi que há aqui um erro informático e estava a descontar o tempo do Executivo. E foi por isso que eu enfim incomodei na sua exposição e peço desculpa por isso. -----

No que diz respeito ao porquê de ao menos termos feito uma alteração ao orçamento modificativo e estamos a fazer uma agora. Olhe, porque só agora é que infelizmente, percebemos que o empreiteiro do antigo Casino de Quarteira não vai levar a cabo aquilo que já estava adjudicado e, portanto, tivemos que temos que lançar um novo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

concurso público. E porque só agora é que temos a revisão do projeto de execução do Edifício Municipal Mariano Gago e, portanto, para lançar o concurso público temos que adaptar aquilo que é afetação plurianual àquilo que é a realidade atual esperada pelo Departamento de Obras. -----

Já agora, porque colocou que não pode vincular a períodos superiores o ano de 2025? Não é assim, o orçamento, de facto, é uma previsão quinquenal é 5 anos, precisamente por isso, por exemplo, nós já aprovamos nesta Assembleia Municipal a empreitada que será para iniciar, se tudo correr bem, ainda durante o mês de julho, no que diz respeito ao Mercado Municipal de Quarteira, e essa empreitada tem um prazo de execução, creio eu, de 5 anos, senhor Vereador Abílio? E, portanto, ela foi aprovada aqui. Portanto, para se poder lançar um concurso público que afeta vários anos e o orçamento tem que ser adaptado a essa realidade de horizonte temporal e, portanto, na altura da decisão de levar a concurso público os deputados que aqui estão e o Executivo vincula se ao valor dessa obra ao longo do prazo de sua execução. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. E só para referir aqui, a bancada do PSD de facto não discorda nada que o concelho seja um conselho ambicioso, mas temos que lamentar que a ambição não seja geral em todas as obras, seja só nalgumas, seja muito focado em determinados assuntos. E é isso que de facto lamentamos. Nós gostávamos que o concelho fosse de facto ambicioso, de um modo geral ambicioso em todos os projetos e não temos verificado isso. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado, senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: É só a nossa reserva, não é que aquilo não seja bom para o concelho. Assim como não temos nenhuma dúvida que a ambição do senhor Presidente foi muito grande nestes 12 anos de mandato. Só que foi uma ambição virada só para um lado, não é? Para o lado social, habitação, Creches e Lares zero. Rede de esgotos começaram no último ano, praticamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Portanto, gostaríamos que a habitação fosse, tivesse dois pesos e duas medidas, e não só uma, pronto. A reserva que temos, o senhor Presidente deve estar recordado há anos. Na altura era o PSD que era o governo local e então decidiu apoiar a construção do hospital, a reconstrução do Hospital de Loulé. Muito bem, muito apoiado. Acontece que este hospital foi vendido aos chineses recentemente e o que nós, nós o Município de Loulé e os louletanos ganharam? Zero, com os mais de 4 milhões que nós metemos lá. A minha dúvida é que amanhã chegue o Champalimaud e fique com o ABC. Portanto, não tenho uns problemas que não possa acontecer. Já aconteceu noutros lados e como tal, tenho muitas reservas que nós possamos estar a investir numa área tão instável como é a saúde neste país. Portanto, que é uma área muito cobiçada pelos privados e o Serviço Nacional de Saúde, que cada vez está a ser mais descapitalizado. Para arranjar argumentos para entregar tudo ao privado. Obrigado. A nossa preocupação e reserva é essa. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, peço-lhe que seja breve, por favor. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu compreendo a preocupação do senhor Deputado Carlos Martins. Eu próprio também tenho. Quando nós decidimos aqui investir publicamente em áreas como a saúde e não é propriamente a essa área que estamos a falar, estamos a falar de ciência, investigação científica. Numa determinada área de apoio, pois a saúde é certo. Mas repare, o senhor Deputado há-de concordar comigo que se eu fosse seguir aquilo que está a sugerir. Bom, então nós não com medo do futuro, não investimos em nada. Nós não temos que ter medo. Nós temos que ser positivos, defender aquilo que é público, o investimento público. Porque o investimento público é sempre aquele que maiores benefícios e maior utilidade tem para todos, independentemente da sua situação económica, independentemente do seu status social. É por isso que este Executivo, suportado pelo Partido Socialista e pela sua política, fez sempre fortes investimentos na área do Serviço Nacional de Saúde. E mais ainda aí virão. Agora, se eu fosse seguir a sua preocupação, não posso dizer que não a tenho de todo, em todo. Então nós não fazíamos nada, não investíamos! Não, não. Nós temos que investir porque acreditamos, porque acreditamos que, enfim, estamos cá para lutar por aquilo em que acreditamos. Olhe, repare se os privados adotassem a mesma posição. Aí, não vamos investir porque um dia vêm uns tipos e nacionalizam-me as coisas. Também não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

faziam investimentos nenhuns. Não! Portanto, cada um com a sua perspetiva, a política é uma luta, é uma luta de ideias diferentes, projetos políticos diferentes. Nós assumimos os nossos e lutaremos sempre por eles. E os nossos são investimento público para defender um robusto Serviço Nacional de Saúde. E cá estaremos para o defender até ao último dos dias da nossa atividade política. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Não há inscrições, penso que estamos em condições de pôr à votação a alínea c) por parte da Câmara. -----

Passou-se à votação: -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1052-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal/3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita/ 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual-----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 21 votos a favor (19 PS, 2 PSD, Dália Mogo e Fábio Guia) e 12 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN);

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1055-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais conforme estabelecido na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; -----

A Proposta foi **aprovada por maioria**, com 28 votos a favor (19 PS, 8 PSD, 1 CDS) e 5 abstenções (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN); -----

O **Presidente da AML** continuou e disse: E sendo assim, vamos continuar passando a alínea e) -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

e) - Proposta da Câmara Municipal nº 1078-2025 [GAF] - 4ª Alteração ao Contrato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a transferência de verbas para a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no valor de 34.050,00€ (trinta e quatro mil e cinquenta euros); para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Para a apresentação da proposta, tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Iniciar por dar uma nota, a proposta é feita pelo Gabinete de Apoio às Freguesias e não pelo Diretor Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Creio que na proposta que veio da Câmara estaria com o GAF e eventualmente depois ao ser transcrito para o edital, terá vindo como da DMADS, mas é do GAF do Gabinete de Apoio às Freguesias, mas diz respeito a uma quarta alteração ao contrato Interadministrativo com a União de Freguesias. Porque no início deste último mandato foi definido com cada uma das Juntas de Freguesia uma verba adicional à delegação de competências para a criação de estrutura e essa criação de estrutura pressupunha a aquisição de equipamentos, máquinas e viaturas e havia duas tranches. A segunda, tranche seria incluída no contrato assim que fosse executada a primeira tranche. E, portanto, aqui vem apenas o reforço de 34.050,00 €, para que a União de Freguesias possa continuar na criação da sua estrutura para as competências que lhes estão adstritas. Depois da delegação de competências, tiveram uma dúvida naturalmente disponível para esclarecer. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores deputados que pretendam fazer uso da palavra. Hélder Faísca, Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado. Senhor Presidente da apresentação do senhor Vice-Presidente, dá a entender que este processo será replicado para todas as freguesias, como aqui já várias vezes se alegou que isto seria muito importante para as freguesias. A minha pergunta é porque é que não veem todas já? E só está a haver a União de Freguesias? Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado pela sua pergunta, senhor Deputado Hélder Faísca. As restantes freguesias já tiveram tanto a primeira fase da criação de estrutura como a segunda. As verbas já foram transferidas e já foram processadas aqui. Como nós exigimos um relatório de execução da primeira tranche e só agora é que recebemos da União de Freguesias. É por isso que estamos a trazer a segunda fase. Mas se recuar no tempo desde 2022 e 2023, a maior parte das freguesias acabaram por conseguir construir a sua estrutura nessa altura e, portanto, houve o processamento financeiro, aqui, está a ser agora adicionada esta segunda tranche para a União de Freguesias, fechando o ciclo das verbas adicionais que disponibilizamos para a criação de estrutura do conjunto de todas as freguesias. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Continuam abertas inscrições. Não havendo vamos passar à votação. ---

Passou-se à votação: -----

e) - Proposta da Câmara Municipal nº 1078-2025 [GAF] - 4ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a transferência de verbas para a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no valor de 34.050,00€ (trinta e quatro mil e cinquenta euros); -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

f) - Proposta da Câmara Municipal nº 1088-2025 [DMADS] - Contrato de Mandato - Promoção e concretização de projetos no âmbito da Estratégia Local de Habitação 2019-2032 do município de Loulé; 1. Que a Câmara Municipal aprove a minuta anexa do contrato de mandato para efeitos do disposto no nº 2 do art.º 36º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e do disposto no nº 1 do art.º 5º-A do Código dos Contratos Públicos; 2. Que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro para aprovação e para autorização da respetiva repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, a seguir sintetizada, para efeitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho e alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro: Repartição de Encargos Valor 2025, 7 544,00 €, 2026, 3 849 054,00 €, 2027, 4 641 505,00 €, 2028, 6 367 924,00 €, 2029, 6.792 452,00 €, total 21.658.479,00 €; **para deliberação;** -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: E assim vamos continuar com a alínea f). Tem a palavra, senhor Deputado Carlos Costa, do Partido Socialista. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Estas duas propostas eu estou impedido de participar na discussão, pelo que peço, dispensa. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Com certeza ficará registado em Ata. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Dar nota aqui à Assembleia que está presente aqui no público o Presidente do Conselho Administração da Empresa Municipal Loulé Concelho Global e o seu Diretor Administrativo e Financeiro. Saúdo-vos e agradeço a presença. Naturalmente, se houver algumas dúvidas que eventualmente não possa esclarecer, estará aqui esta equipa também para poder ajudar a esclarecimentos adicionais a esta Assembleia. Como é o primeiro contrato de mandato que estamos a celebrar. E vou tentar fazer uma exposição um pouco mais extensa, procurando esclarecer eventuais dúvidas logo nesta exposição, estando naturalmente disponível para questões a seguir à exposição. -----

Portanto, o que estamos aqui a aprovar será a Minuta do contrato de mandato. Como é que nós conseguimos fazer esta mandar esta empresa municipal, para esta atividade que diz respeito à gestão e promoção de habitação? Porque em 17 de janeiro de 2025 nós tivemos uma Assembleia Municipal Temática da Habitação, onde foi feita a alteração dos Estatutos da Loulé Conselho Global e, portanto, o que está agora estatutariamente incumbida à empresa municipal é de levar a cabo a promoção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e gestão sob a orientação e controlo do Município de Imóveis de Habitação de Interesse Social. O instrumento contratual que é mais adequado para esta prestação de serviços que a empresa municipal vem fazer. O município é a modalidade de contrato de mandato em regime de contratação e dentro de casa, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5.ºA do Código de Contratos Públicos, o Município de Loulé exerce diretamente sobre a Loulé Concelho Global, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços. Daí poder ser contratada para o efeito 100% das atividades desta empresa municipal de prestação de serviço público, são delegadas pelo município, e o município tem 100% da participação do capital social. Portanto, é uma Empresa 100% Municipal e só nesse caso é que as empresas municipais podem ser mandatadas pelo município para determinadas áreas da esfera das suas competências. No que diz respeito aos estatutos que estão preparados ao Conselho Global. Nesse sentido, o mandato que está aqui restringe-se a um conjunto restrito e selecionado de projetos que está no Anexo I, como poderão ver, e que estavam inscritos dentro da Estratégia Local da Habitação, naturalmente. E o guião principal da atividade da empresa municipal e do que nós estamos a mandar a empresa municipal é a estratégia local de habitação, também ela, os valores a serem pagos pelo Município de Loulé a Loulé Concelho Global, são sempre objeto de confirmação com autos de medição ou documentos de valor jurídico. Tem enquadramento orçamental nas Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal. Recentemente, uma das últimas alterações do senhor Deputado Carlos Martins foi precisamente para que o Orçamento do município tivesse uma afetação plurianual mais concreta para esta delegação de competências. Os ativos resultantes da ação. Isto é importantíssimo também reter aqui para a Assembleia todos os ativos que vão ser resultantes da ação da Loulé, concelho global mandatada pela Câmara Municipal para fazer empreitadas, todos estes ativos ficaram na esfera patrimonial e jurídica do Município de Loulé. Quais são os poderes que o Município de Loulé mantém dentro destes contratos? Dirige o modo de execução da prestação de serviços pelo concelho global. Fiscaliza o modo de execução do presente contrato pelo concelho global e o Município pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo do presente contrato e ao modo execução das prestações nele previstas. Isto é essencial para dizer que não é por este Executivo estar a tomar esta decisão que executivos posteriores não possam resgatar esta decisão e voltar a incorporar dentro do município a gestão desta esfera. O fiscal único emitiu um parecer favorável também ele está aqui apenso e dar nota, porque há de haver essa questão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sobre a gestão dos recursos humanos. Todas as pessoas que estão contratadas pelo município, portanto trabalhadores afetos ao município, a gestão da habitação municipal e a Estratégia Local de Habitação podem, se assim o entenderem, serem transferidos para a empresa municipal ao abrigo de um contrato de cedência de interesse público. Portanto, há três partes que tem que concordar, neste caso o município, a empresa municipal e o trabalhador. Se os trabalhadores entenderem permanecer na esfera da gestão da Câmara Municipal de Loulé, irão ser afetos a outros serviços, porque os serviços de gestão e manutenção do edificado, no que diz respeito também a parte da estratégia local da habitação serão desenvolvidos por esta empresa municipal e, portanto, é uma preocupação absolutamente legítima. Estamos a falar de trabalhadores que estão contratados ao abrigo da Lei Geral de Trabalhadores em Funções Públicas. Eles mantêm sempre o vínculo à função pública. Se forem para a empresa municipal, quando quiserem regressar, têm o seu posto de trabalho garantido e isto foi algo que também foi gerido em função da gestão emocional. Naturalmente destas pessoas e acho que também era importante partilhar com a Assembleia. Se tiverem dúvidas, estamos naturalmente disponíveis para esclarecer. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições para os senhores deputados que pretendam usar da palavra. Tem a palavra o senhor Deputado Hélder Faísca, do PSD. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Bom, relativamente a isto a bancada do PSD não, tem nada contra quem vai de facto fazer? Quem vai de facto fazer a obra ou quem vai de facto gerir a habitação, se é um Departamento da Câmara, se é uma Divisão, se é a Loulé Concelho Global, se é outra infraestrutura qualquer. Aqui preocupa-me duas coisas. Preocupa-me que, de facto, eu acho que não pode ser concebível a Câmara adquirir uns lotes, salvo o erro, em 2019 e estar a perspetivar acabar a construção em 2029. 10 anos para construir! Isso é que eu acho que não é aceitável. -----
Depois, por outro lado, eu não estou aqui. Posso estar a ver mal também, não é propriamente a minha praia. Mas neste mandato estamos a dar a manutenção dos edifícios e em termos de transferências de verbas não estou a ver verbas para a manutenção dos edifícios. Se calhar sou eu que estou a ver mal. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. No que diz respeito e obrigado pelas suas questões, Senhor Deputado Hélder Faísca, no que diz respeito à primeira questão. A Câmara Municipal, aliás, e até está aqui elencado que é o Município que procura ativamente os cativos, designadamente os terrenos para desenvolvimento da estratégia local de habitação. O lote que creio que se refere é o lote da CLONA. É verdade que de facto foi adquirido em 2019 e não é verdade que só em 2029 é que está concluída a primeira fase da CLONA com 64 fogos de habitação, está prestes a ficar concluído e tudo decorrendo de acordo com o previsto, ainda teremos a felicidade de ver o Presidente Vítor Aleixo a entregar as primeiras chaves desses 64 fogos ainda dentro do regime de renda apoiada, e 34 dentro do regime de renda acessível. Portanto, o projeto para a segunda fase já está lançado e está a tramitar neste momento pelo município, uma vez que ainda não havia esta delegação de competências. Portanto, há trabalho a ser feito e oportunamente será ao abrigo deste contrato de mandato já lançada, a empreitada pela empresa municipal ou global. Portanto, ela poderá gerir a questão dos projetos, a questão das empreitadas e respetiva fiscalização, a questão da gestão e manutenção do edificado, a questão da gestão dos regulamentos municipais, a sua aplicabilidade, e naturalmente os instrumentos de gestão estratégica. Portanto, ela poderá fazer de A a Z mas sempre sobre a orientação e mandato do município. ----- Sobre as verbas para a manutenção dos edifícios e aquilo que é manutenção corrente será das receitas que a empresa municipal vai obter, das rendas que aplica sobre o aquilo que são os fogos de iniciativa municipal, seja da renda acessível, seja renda apoiada. Essas são receitas adicionais que empresa municipal terá dentro da sua esfera e com essas verbas fará a manutenção corrente. Tudo o que diz respeito a empreitadas de reabilitação ou de ampliação ou de outra natureza serão, de facto, através de contrato de mandato. Estamos a falar de investimentos de capital significativos que não serão naturalmente, novas obras, novos mandatos e, aliás, está sinalizado ao longo da informação que foi apensa enviada para os senhores deputados, que este é o primeiro contrato que pode e deve ser revisitado anualmente. Ele também prevê relatórios semestrais da empresa municipal para o município. Portanto, quem cá estiver vai conseguir ter semestralmente sempre um relatório desta execução e para que possamos ir monitorizando e acompanhando não só a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Municipal como a Assembleia Municipal. Muito obrigado Senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-presidente. Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Poeta, do PAN. -----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. A bancada do PAN, não acompanhou e não concordou que a Estratégia Local de Habitação passasse para a Loulé Concelho Global. Portanto, desse modo iremos votar contra o contrato de mandato. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Portanto, na Assembleia de dia 17 de janeiro, o BE votou contra a proposta de alteração dos estatutos da empresa municipal e Loulé Global, onde previa a atribuição de novas competências na área da habitação, com destaque na gestão da Estratégia Local de Habitação para o período de 2019/2032. Fundamentou a sua posição no debate e forçado através de uma declaração de voto que entregámos e não pode estar de acordo com este contrato de mandato, que acrescenta pouco na resolução do problema da escassez de habitação. Parece nos nós mais uma questão de cosmética do que realmente, de facto para se fazer. Relembro, portanto, que a empresa municipal Loulé Concelho Global, neste momento, apesar de os estatutos já estarem alterados, tem por missão a gestão e fiscalização dos estacionamento, a gestão dos transportes públicos e a exploração do mercado, mais a mobilidade elétrica. Portanto, é uma empresa vocacionada para os assuntos da mobilidade. Não apresenta competências no domínio da habitação, quer seja na gestão, construção, fiscalização. Não dispõe de um quadro técnico adequado para novas competências nem meios logísticos suficientes nem instalações que suportem estas novas responsabilidades e recursos humanos para cumprir os objetivos. E não vimos neste contrato do mandato onde é que estes trabalhadores que vão ser admitidos, onde é que estes serviços vão funcionar? Em que instalações? Atualmente a Câmara tem 8 trabalhadores afetos ao sector e o estudo económico que justifica este contrato de mandato prevê a admissão de 20 funcionários, para cumprir as mesmas competências que a Câmara estava a fazer, logicamente, não é? Portanto, este Contrato de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Comodato, representa custos acrescidos para o erário público e não acrescenta mais valias relevantes para os utilizadores, para além daqueles que a Câmara já presta e bem nalguns casos. Quanto a nós, no espectro político, esta proposta pretende esvaziar a responsabilidade dos eleitos com a passagem de competências, competências e responsabilidades para uma empresa municipal. Quer dizer, um gajo vem chatear o senhor Presidente ou Vice-Presidente, sobre o problema da porta que está avariada “epá vai ali à Loulé Global que eles agora é que decidem...” Portanto, isto o que é que vai aliviar? A pressão dos cidadãos perante a Câmara nos casos de litígio, quando for para decretar o despejo, não vão à Câmara tem que ir à Loulé Concelho Global, porque a Loulé Global é que decretou despejo. Portanto, nós consideramos que esta proposta, esta transferência de competências para esta empresa municipal, não resolve nem vai resolver os problemas da habitação no concelho de Loulé, e se compararmos no que nos outros concelhos seguiram este processo e poder comparar uma coisa que não é comparável. O Porto tem uma empresa destas, são 5000 habitações, portanto Loulé tem 300 habitações. Disse. ----

O Presidente da AML tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Deputado Manuel Coelho, do CHEGA. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Ora, obrigado, senhor Presidente. Nós não somos experts nesta questão da habitação, mas somos sensíveis. Portanto, o Partido CHEGA, não podia deixar passar em claro esta situação. Não querendo ser advogado do diabo, mas também concordo com muitas coisas que o senhor Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, está a dizer. -----
Portanto, o que nós notamos é que realmente parece que há uma passagem de bola, portanto, da Câmara Municipal para uma outra empresa, agora, não é? -----
Portanto, tudo bem, se essa empresa tiver competência e os instrumentos para isso. Portanto, poderá vir a ser um sucesso. No entanto, aqui da bancada do Partido CHEGA apenas o seguinte; se o futuro executivo poderá ser este, poderá ser outro, portanto vai ser outro executivo, de certeza, agora não se sabe isso. Portanto, as eleições virão. Nós temos uma visão diferente da estratégia de habitação para o concelho e que seria mais responsabilidade da Câmara Municipal. Portanto, não é passar responsabilidades para empresas, nomeadamente se isto passar para a Loulé Concelho Global, se vai invalidar a cooperação com cooperativas, quer dizer o seguinte ceder terrenos a custo zero às cooperativas de habitação para a construção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de casas a preço de custo. Portanto, isto seguindo modelos europeus de sucesso. Portanto, vários modelos europeus de sucesso, nomeadamente em países nórdicos, em que as cooperativas e, aliás, no passado, os senhores têm presente que esse foi o modelo de sucesso. As cooperativas permitiram que muita gente acesse às casas. Muita gente que agora tem casa, têm devido às cooperativas. Portanto, o que o CHEGA pergunta é, a Loulé Global, muito bem, mas a Câmara, quem fica com a responsabilidade se, portanto, um outro executivo pensar que a cooperativa será um meio mais viável para que haja mais habitação. Portanto, o que é que vai acontecer? A Câmara não vai abandonar essa sua valência, penso eu. -----

Também sobre a fiscalização, por exemplo, de terrenos abandonados, estamos a falar dos terrenos abandonados, portanto urbanos. O CHEGA pensa que a Câmara deveria identificar esses terrenos e colocar a sua utilização para a habitação e caso os proprietários não o façam, a Câmara deveria tentar negociar e adquirir esses terrenos também. Sendo a Loulé Global, portanto a autarquia tem muitos terrenos, o senhor Presidente disse que Loulé é um concelho que se diferencia dos outros pela sua grandeza e ainda bem que assim é e nós queremos é que ainda seja maior. Portanto, Loulé terá que ter um papel importante o papel de charneira aqui no Algarve, nomeadamente nesta parte da autarquia conta com as receitas que tem, com as verbas que tem, penso que deveria utilizar, o CHEGA pensa que deveria de utilizar os terrenos que a autarquia tem para construir prédios com rendas acessíveis. Poderiam contratar empresas privadas, mas sempre com uma supervisão pública, portanto, nunca se imiscuir de fazer essa supervisão para que depois os preços fossem adequados, para que as pessoas que realmente que realmente precisam tenham a casa. Além de que isso iria com o dinheiro que existe em caixa, porque as Câmaras municipais, quanto ao entender do CHEGA, não são bancos às Câmaras Municipais, são organismos que retêm os dinheiros públicos, que são cobrados nos impostos e depois têm que ser distribuídos para a população, nomeadamente neste sector que é a habitação. Neste caso a Câmara não ia depender de fundos externos, portanto é só o que CHEGA a preocupação que tem. Portanto, esperemos que a Loulé Global, portanto, que possa concluir estes projetos são projetos que vêm de trás, penso eu, portanto, é a Estratégia Municipal de Habitação que Loulé tem. Mas penso que a nível da Câmara deveria ser repensada esta Estratégia, nomeadamente nestes pontos que nós estamos aqui a focar. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Tem a palavra, o senhor Presidente. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhores Deputados, nós quando concebemos esta mudança na nossa política relativamente a política da habitação, portanto, transferir uma competência que era exercida até aqui pelos serviços da Câmara para uma empresa que é 100% municipal. Qual foi e qual é a nossa intenção? Nós somos hoje um dos municípios que no país, melhor tem lidado com a responsabilidade de responder à carência de habitação, que é um problema hoje não só de Portugal, do Algarve, é um problema da Europa e de outros países do mundo. E nós temos, já foi aqui, aliás, eu acho que não há reunião nenhum da Assembleia Municipal onde este assunto não seja falado e muitas coisas têm aqui sido ditas e repetidas. Mas nós, infelizmente, nos últimos anos, temos aqui alguma dificuldade em nos ouvirmos uns aos outros. Mas pronto, são. sinais dos tempos. Dialogamos pouco, falamos em circuito fechado e perdemos muito a capacidade de nos ouvirmos. E talvez por isso nós repetimos aqui muitas vezes que o concelho de Loulé é um dos grandes concelhos que no país, que apesar das dificuldades todas, mais habitação tem construído, já distribuiu mais de meia centena de fogos a várias famílias. Vai distribuir muito em breve, ainda este verão 117 chaves de apartamentos construídos. Acaba de abrir um novo concurso para mais 36 fogos que estão construídos e que queremos também muito em breve distribuir. Nós temos dito isto, mas nós achamos e respondendo às críticas que ouvimos aqui, que dizem que é pouco, precisamos de mais e nós concordamos que sim. Estamos a trabalhar bem, mas é pouco e precisamos de mais. E foi com esse objetivo que nós passámos esta responsabilidade para uma empresa que é uma empresa que já existe, que é Loulé Concelho Global e, portanto, o senhor Vice-presidente explicou de que maneira é que isso vai ser feito. Mas o objetivo, senhores Deputados, é para aquilo que fazemos bem fazermos ainda melhor. Para agilizar, porque uma empresa municipal tem outra flexibilidade na gestão dos recursos, tem outros meios ao seu alcance que permitem ganhos de eficiência na aplicação da nossa estratégia de habitação. Portanto, a nossa intenção é uma intenção animada da necessidade que nós sentimos que existe de acelerar este processo. Estamos a trabalhar bem, mas queremos fazer melhor e por isso trazemos aqui esta noite. Portanto, a criação da transferência para esta empresa municipal de toda a política de habitação da Câmara de Loulé. No sector da construção e no sector da gestão do parque habitacional atualmente existente. E não é para alijar responsabilidades para quando houver, que nunca até hoje houve ninguém despejado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

do parque habitacional da Câmara. Não é para, como eu ouvi aqui esta noite, dizer quando houver situações de despejo, não se irem queixar à Câmara e irem-se queixar à empresa municipal. Nunca houve, essa não é de toda a nossa preocupação. A nossa preocupação, disse e repito, é acelerar a construção de habitação no concelho de Loulé. É para isso que os senhores têm perante vós esta proposta. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas para tentar responder a mais algumas questões. -----
No que diz respeito ao senhor Deputado Carlos Martins, eu gostava de relembrar aqui à Assembleia que nós devemos-nos orgulhar porque temos, por exemplo, dentro do universo de empresas municipais, três das maiores entidades de gestão em baixa de água do país, sistematicamente no Top10 e portanto, são empresas eficientes, são empresas eficazes, têm resultados que o comprovam. E quero dizer que efetivamente temos empresas municipais que conseguem produzir bons resultados e devemos-nos orgulhar disso. Quando referiu que Loulé, concelho global, não tem quadro técnico e que são necessários cerca de 20 funcionários sobre o espaço. Os meios logísticos, naturalmente da empresa municipal já têm um espaço adicional onde poderá ter essa equipa. Portanto, espaço esse que conseguiu recentemente sobre os oito trabalhadores da Câmara Municipal de Loulé não é correto. Esse número é o dos profissionais que estão na Divisão de Gestão da Habitação Municipal. Tem que considerar que o Gabinete de Estratégia Local de Habitação tinha 4 profissionais. Um deles é atualmente o presidente Conselho administração da empresa municipal. Portanto, não está na esfera da Câmara, está na esfera da empresa municipal. E há uma trabalhadora que, de facto, recentemente pediu mobilidade e que estamos em falta para esta equipa de 1 técnico superior na área de gestão. Mas eram 4 trabalhadores, portanto perfazia os 12. Os restantes 8 funcionários que refere, são funcionários. Aí sim, há um aumento que tem a ver com a produção de habitação, isto é, a constituição de uma equipa de engenharia e de arquitetura que permita de facto, a empresa municipal ser mais eficiente e eficaz, tentando acelerar um pouco. Não sei se é possível solicitar a algum tempo a bancada do PS. Por favor. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado Carlos Costa? Cede



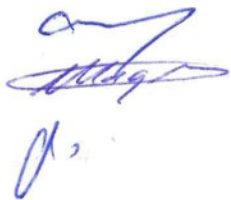
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

10 minutos? Obrigado. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Ok. Posso continuar a senhor Presidente? Posso então continuar? Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

No que diz respeito ao senhor Deputado Manuel Coelho, creio que não estou equivocado sobre as cooperativas. O facto de termos a delegar uma competência uma através de um mandato à empresa municipal, aquilo que designa a atividade desta empresa municipal é do município a Estratégia Local de Habitação e nela estão vertidas medidas de iniciativa 100% pública de iniciativa com as cooperativas, que até saiu reforçado. Portanto, nessa Assembleia do dia 17, na apresentação da Estratégia Local de Habitação, foi uma das mecânicas que foi reforçada com um número que expectável que sejam as cooperativas a produzirem e também no que diz respeito à iniciativa privada, também foram reforçadas. Mas são áreas que nós não controlamos. Nós apenas podemos é proporcionar condições. Quando o senhor disse de facto, a cedência a custo zero e o direito de superfície sobre a construção e foi uma metodologia utilizada muito, há algumas décadas atrás e que muitas casas deu, felizmente aos louletanos e por este país fora. Não podemos é, temos de trabalhar junto das empresas junto das às cooperativas de habitação. Há aqui a algumas dificuldades das cooperativas, que antigamente tinham essa dinâmica, pelo menos no concelho de Loulé. Estamos a abordar outras, estamos a receber, temos uma reunião agendada com uma cooperativa que me parece recente, da área de Portimão, que também nos abordou nesse sentido, mas não se pode dotar um terreno que é do município, não pode ser atribuído diretamente a uma cooperativa, tem de ser sempre um procedimento concursal. Qualquer cooperativa que tenha o mesmo fim pode ter o direito de superfície e, consoante depois os benefícios. É uma metodologia que teremos que ter de avaliação. Não seja uma entidade do terceiro sector. Nós não podemos atribuir diretamente a ninguém um terreno, mas fica só essa nota de quem fica a responsabilidade é sempre do município. Eu creio que disse uma das primeiras questões que o elenquei na minha intervenção inicial sobre o contrato de mandato é que tudo é feito sob a orientação e controlo do município. Portanto, não há dúvida nenhuma que a responsabilidade de tudo o que acontece se é do município. Portanto, a CML não abandona em nada aquilo que é sua responsabilidade. E de facto, também voltei a dizer e a cláusula quarta do contrato de mandato e os poderes que o Município mantém na sua esfera dirige a execução e prestação deste serviço pela Loulé Global e fiscaliza o modo de execução e pode modificar unilateralmente qualquer das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

cláusulas que aqui está. Portanto, mantém-se na esfera do município simplesmente mandatam uma empresa, portanto, dá-lhe a dizer. É uma contratação, é um serviço análogo. O poder que o Município tem sobre esta empresa municipal é análoga ao poder que tem sobre um serviço do município. É uma empresa 100% do município que é liderada e direcionada estrategicamente pelo executivo municipal. Portanto, não há aqui um esvaziar de responsabilidade, porque no final do dia as contas quem tem de prestar contas é o executivo que tiver o privilégio de estar aqui sentado. Falou sobre a promoção com privados? Sim, já lhe respondi. É uma mecânica que também será aumentada. E sobre a Câmara Municipal, não são bancos. Eu disse o ano passado, quando estava a apresentar o orçamento municipal que a Câmara Municipal Loulé tem de facto, disponibilidades bancárias significativas. Porquê? Porque nós continuamos com a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, isto é, não lançamos qualquer obra sem ter a certeza que temos as verbas para que elas possam ser pagas do princípio ao fim. Tínhamos 84 milhões € de empreitadas em curso, isto dito em dezembro, nesta Assembleia Municipal, na apresentação do orçamento municipal. Se a memória não me falha em empreitadas em curso, empreitadas adjudicadas e empreitadas em concurso público, temos de ter essa verba disponível para todos os anos. Seja obras que levam 5 anos, como é o caso do Mercado Municipal. Toda essa verba tem de estar disponível dentro da gestão orçamental. Portanto, quando se fala de disponibilidades é porque nós temos a responsabilidade de não fazer nada, não damos passos maiores que as pernas. Isto é, para que não aconteça que aquilo que aconteceu a alguns dos municípios em Portugal que entraram em falência e em défice e incapacidade em solvabilidade e tiveram que recorrer a programas de apoio às autarquias locais, há essa lei que saiu em 2012 e bem, e nós continuamos a gerir financeiramente com essa prudência e portanto, as disponibilidades estão todas consignadas, estão todas com um destino final, maioritariamente neste momento no município de Loulé, até pelas empreitadas que se falou no mercado de Quarteira, o Quarteirão Cultural agora acabamos de aprovar a 27 milhões 27 milhões €, para o Edifício Mariano Gago e, portanto, isso significa que nós estamos a garantir que o município tem verba para fazer essas obras e por isso, aquilo que vê em disponibilidades bancárias já tem um destino. Obrigado, senhor Presidente. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, Senhor Vice-presidente . Não há inscrições feitas? Hélder Faísca, do Partido Social Democrata,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faisca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. A bancada do PSD vai acreditar que de facto, comece a funcionar melhor na Loulé Global do que tem estado a funcionar até agora. Porque o senhor Presidente vai me perdoar, mas se funcionar bem e adquirir 2 lotes com capacidade para construir 128 fogos ao fim de 6 anos, vangloriar-se que tem 64 construídos e está a pensar acabar os próximos 64 daqui a 10 anos, se isso é trabalhar bem, qualquer privado ia à falência. Portanto se tem estado a trabalhar, mas bem! Bem, não tem, senhor Presidente. E aqui, é que eu digo que devia de ser mais ambicioso. Aqui tinha que haver ambição. Não é só ambição, tem de haver mais ambição. Acredito que se calhar, com a passagem para a Loulé Global passa a haver mais alguma ambição. Mas daqui também não vejo muito. Porque acho que 4 anos mais uma vez na CLONA, 4 anos para terminar aquilo é muito. É demais. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, da CDU. -----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: Obrigada, senhor Presidente. -----

Ora, a habitação, enquanto um direito fundamental, deve, em nosso entender, ser da gestão da autarquia, afirmando o poder local democrático e deve priorizar o direito constitucional à habitação dos seus munícipes. Passar esta gestão para uma empresa, porque municipal ou não, é uma empresa, pode correr o risco de promover a especulação imobiliária. A Loulé Concelho Global, como foi dito, gera há anos áreas relacionadas com a mobilidade, pelo que não entendemos o porquê de passar para uma empresa a estratégia local de habitação. A Câmara parece sacudir a água do capote e passar agora para a Loulé Concelho Global aquilo que não fez durante todos estes anos. Mais, porque isto é uma empresa que tem 100% do capital da Câmara, pode haver amanhã um investidor da área da construção civil e então participar no capital, como muitas outras das empresas municipais que temos. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Tem a palavra, senhor Vice-Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Tentando ser telegráfico para não gastar muito tempo. -----
Senhor Deputado Helder Faísca, vou-lhe referir que, novamente, não estamos a reduzir a estratégia local de habitação aos fogos da CLONA. O Presidente acabou de dizer que vão ser entregues 117 fogos de renda apoiada. Temos um concurso que terminou há poucos dias para mais 36 fogos construídos de renda acessível. Foram entregues 54 habitações desde o início da estratégia local de habitação e isso foi explanado na última Assembleia Municipal. Ainda hoje foi a reunião de Câmara a aquisição de um terreno com capacidade construtiva de habitação. Tivemos muito recentemente um terreno de 8000 mais de 3 hectares. Esse terreno foi hoje a reunião de câmara, tem três hectares, mais de três hectares na entrada sul da cidade de Loulé. Há de vir a esta Assembleia e para podermos deliberar sobre o mesmo. Recentemente foi o loteamento que está aqui ao pé da estação Terminal Rodoviária, que está neste momento em Tribunal de Contas, para avisar a aquisição que também dá para. Para várias questões que nós necessitamos, mas no essencial, dar nota. Contratos com o IHRU o Município de Loulé tem mais de 30 milhões € de contratos celebrados com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, e é o primeiro com mais contratos assinados na região do Algarve. Por exemplo, o município de Albufeira tem zero de contratos assinados. O município de Faro creio que não chega aos 10 milhões € e nós estamos com 30 milhões € de contratos assinados e o 13.º a nível nacional também foi dito. -----

A senhora Deputada Carla Gomes, especulação imobiliária. Olhe o que tenho a lhe dizer é, se efetivamente aquilo que todos esperamos que é a empresa municipal consiga produzir e produzir com maior eficiência, maior eficácia, reduzindo os tempos e produzindo mais habitação, aquilo que esperamos que aconteça é que com mais oferta haja de facto, uma redução dos preços. O que está o que falta de facto, no Município de Loulé e em vários municípios do país já o disse também, é a oferta pública de habitação, designadamente municipal. Fiquem com a nota. No Algarve temos pouco mais de 1% do total de fogos de habitação que está na esfera da gestão pública. E quando chegamos a países como a Holanda, estão 33% dos fogos de habitação na esfera da gestão do domínio público, é isso que combate a especulação, é isso que combate à precariedade do acesso as habitações. Portugal deixou-se dormir nesta matéria e agora, felizmente, estamos todos juntos a responder e haveremos de continuar a acelerar esta caminhada, seguramente com estas decisões que estamos a tomar aqui. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Senhor Deputado João Ferreira, Partido Social Democrata, tem a palavra.

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos ao Presidente e a todos os presentes e quem está lá em casa.

Senhor Presidente, Dr. Vítor Aleixo, é assim, quando ouvi dizer que é em Portugal e na Europa e por aí fora, é no mundo e na galáxia, eu lembrei-me só de vir aqui ver aqui na internet, Castro Marim tem um orçamento que a gente não pode comparar, não é? Estamos a falar de 2024, 250 milhões e Castro Marim 27 milhões. Só a semana passada fizeram entrega de 89 casas. Se fizéssemos uma regra de três simples para quem lá está em casa para nos ouvir, nem vou falar de 12 anos do seu mandato, vou falar só nos últimos anos, deviam ter entregue 824 casas, portanto. Eu fiz só uma regra de três simples para quem lá está em casa ouvir, portanto. Portanto, essa situação que são os melhores, Castro Marim entregou 89. Aqui estamos a falar de 12 anos, 50 64. É só uma questão de fazer uma regra de três simples. Só dei um exemplo. Só dei um exemplo. Mas podemos procurar mais e fazer um quadro, se calhar do Algarve e das outras Câmaras todas. É só porque isto é só isto, disse.

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra, senhor Presidente.

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado João Ferreira, pode ter a certeza que vamos fazer essas contas e na próxima Assembleia Municipal vamos trazer aqui um estudo comparativo entre Loulé e os outros municípios do Algarve e vamos aqui falar nisso, nomeadamente Castro Marim e todos os outros concelhos.

O Deputado **João Ferreira (PSD)** tomou a palavra e disse: Só, só rápido. E só para esclarecer, eu estava a falar de chaves, portanto se for PowerPoint, espero.

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Tem a palavra a senhora Deputada Carla Gomes, da CDU.

A Deputada **Carla Gomes (CDU)** tomou a palavra e disse: É só para dar uma nota, porque eu ouvi e era bom que se concretizasse, que não haveria especulação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

imobiliária numa empresa porque iria ser mais barato se ficar mais barato, como tem ficado o estacionamento! Bem, vamos ver para onde é que caminhamos!? Obrigada.

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado. Mais algum senhor, Deputado ou Deputada que se queira inscrever? Não havendo inscrições, penso que estamos. Tem a palavra senhor deputado Manuel Coelho, do CHEGA. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Do debate é que nascem as ideias e que se limam as arestas. Gostaria só de perguntar diretamente ao Senhor Presidente ou Senhor Vice-Presidente, penso que o senhor não sei qual será o melhor, para esclarecer? É o seguinte, consegue-me dizer 3 vantagens. Só quero 3 vantagens em relação a ser a Câmara a fazer a gestão da habitação, da política da habitação e passar agora para a Loulé Concelho Global? Portanto, 3 vantagens só, em termos genéricos. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Senhor Presidente, tem a palavra seu Vice-Presidente. Senhor Presidente, está a usar a palavra? Ligue o microfone, por favor. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor deputado, já dissemos, mas podemos repetir. Portanto, quer eu, quer o Senhor Vice-presidente . O Senhor Vice-presidente pode. Pode repetir aquilo que foi dito? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Ligue o microfone. Sim, sim com certeza.-----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: A empresa municipal pode, por exemplo, ao abrigo do Código de Trabalho, porque não está adstrita à Lei Geral de Trabalhadores em Funções Públicas recrutar com muito maior celeridade no mercado. Uma empresa municipal tem a capacidade de, por isso, ser mais eficiente e ser mais eficaz que o município neste momento. A empresa municipal, aliás, as empresas municipais todas que nós temos, demonstram efectivamente na gestão de várias áreas, como água, saneamento e resíduos que são mais eficientes e eficazes do que o município. A área do estacionamento teve na esfera da gestão do município e quando passou para a empresa municipal, tornou se muito mais eficiente e eficaz.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Eu sobre o universo das empresas municipais, eu agora já não me recordo o que é que eu ia dizer agora, a gestão do parque habitacional... E já agora, também uma empresa municipal que esteja descrita como uma área de intervenção como é a habitação, por exemplo, o Departamento de Obras Gestão de Infraestruturas Municipais tem obras desde o saneamento da água, das escolas, dos pavilhões desportivos, de todo o tipo de equipamento, o que quer dizer que a complexidade e a quantidade de projetos e a quantidade de empreitadas que tem em mãos é enorme. Tendo uma equipa que está especializada, é unicamente vocacionada para aquilo que são os projetos de habitação, Com certeza conseguirá projetar e construir mais depressa do que uma entidade que municipal, que tem uma esfera de áreas de intervenção muito mais ampla. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Senhor Deputado Carlos Martins, Bloco de Esquerda tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Depois de realmente ouvir falar sobre os benefícios, prós e contras desta proposta, cheguei à conclusão que, portanto, Loulé Global, mais facilidades em recrutar pessoal. Bem, a Câmara tem sido tem admitido pessoal sempre que quer. Quer dizer, pelo menos vemos isso. Depois, mais eficaz, senhor Vereador, acho que está com problemas de desmaios ou qualquer coisa. Diz tantos "ais" que eu fico cada vez mais preocupado, não é? E devia se conter um bocado quando os outros estão a falar. O que é mais eficaz? A Loulé Concelho Global, quer dizer que os que estão lá na câmara são menos eficazes? São mais especialistas do que os da câmara. Eu não acredito que um engenheiro da Câmara, um arquiteto da Câmara, não seja especialista como arquiteto para trabalhar para a Loulé Global. Portanto, isto é uma questão. Quanto a mim, isto é uma questão política. E o Bloco de Esquerda vota nesta proposta por uma questão política, mais nada, pronto! A Câmara tem todo o direito de o fazer mais nada. O Bloco de Esquerda tem todo o direito de votar contra porque realmente não considera que seja melhor. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Senhor deputado, eu, eu aqui do sítio onde estou colocado, oiço muitas vezes muito barulho em pormenor do que está para a minha frente, mas para os lados não. Não consigo ouvir. Portanto, se tem havido coisas que interferem no seu raciocínio e no seu discurso, eu não me apercebo. Se não, chamaria a atenção, como chamo quando acontece nas bancadas, dizer também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

o seguinte: sobre aquilo que está em causa exatamente neste contrato de mandato é exatamente uma questão de opção política. Portanto, eu tenho estado aqui com a paciência, como é conhecida nestas questões, porque às vezes sou um bocado impaciente. Mas de facto, entrarmos aqui nestas questões de pormenores e de estar bem com o debate político é importante. Mas a questão fundamental sobre esta proposta é efectivamente de uma opção política com a qual se concorda ou não se concorda e, genericamente, já foram apresentadas também as razões políticas de cada um. Portanto, não havendo mais inscrições, eu passaria à votação. Estava inscrita. Eu perguntei se queria falar e disse que não. Pois não? A senhora Deputada tem a palavra Isilda Guerreiro, do CDS, tem a palavra. -----

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigada, senhor Presidente. Não vou aqui me alongar na intervenção, mas gostaria de deixar a posição do CDS nesta matéria. Vamos aprovar esta proposta por ser uma opção política e porque achamos que não devemos travar a vontade deste executivo em resolver o problema da habitação que demora há muito tempo. No entanto, as vantagens e não queremos ser o travão para as opções políticas do Executivo e a vontade em resolver um problema da habitação que é velho, não seremos o travão nesta matéria. No entanto, as vantagens que o senhor Vereador aqui elencou para nós, estar na Loulé, Concelho Global ou num departamento qualquer dentro da Câmara serão exatamente iguais. A não ser que usemos esta mudança para o Loulé Concelho Global, para contratar mais facilmente algumas pessoas. Espero que não seja esse o caso. Espero que a vontade seja verdadeira em resolver o problema da habitação que esta bancada tem trazido até aqui. São poucas as casas entregues em 12 anos e nesse aspeto tenho que me associar aqui à bancada do lado. A verdade é que as vantagens que o senhor Vereador aqui elencou são exatamente as mesmas, fosse num departamento qualquer, numa secretária qualquer da Câmara. Penso que contratem os melhores, seja num sítio ou noutro. Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Agora sim, não havendo mais inscrições, estamos em condições de passar à votação da alínea f). -----

Passou-se à votação: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

f) - Proposta da Câmara Municipal nº 1088-2025 [DMADS] - Contrato de Mandato - Promoção e concretização de projetos no âmbito da Estratégia Local de Habitação 2019-2032 do município de Loulé; -----

A Proposta foi **aprovada por maioria**, com 27 votos a favor (18 PS, 8 PSD, 1 CDS) e 5 votos contra (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN). O Deputado Carlos Costa, do PS, alegou impedimento, não tendo estado presente, nem na apresentação, nem na discussão, nem na votação desta alínea. -----

Passou-se ao ponto seguinte. -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 852-2025 [DMADS] - Aquisição de Imóvel Urbano (armazém) em propriedade total com Alvará de Utilização para serviços, sito na AEL - Área Empresarial de Loulé, para efeitos do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo normativo; para deliberação; -----

O **Presidente da AML** disse: Tem a palavra Senhor Vice-Presidente, para a apresentação da proposta. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Esta proposta visa a aquisição de um imóvel urbano que está localizado na área empresarial de Loulé e para uma base operacional e logística da Proteção Civil e para a instalação dos futuros serviços da Polícia Municipal. Existem dois relatórios de avaliação que estão também anexados à proposta. Dar nota que este armazém é suscitado a partir de uma consulta pública que fizemos ao mercado. Portanto, dentro da área empresarial de Loulé, colocamos uma consulta pública para perceber que imóveis é que existiriam, que pudessem ter condições para estes serviços que necessitamos. Esta proposta foi submetida e resta dizer que a aquisição é feita por um valor de 36,7% abaixo da média das avaliações. Alguma questão, por favor? Estou disponível. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Estão abertas as inscrições, senhor Deputado Carlos Martins, do Bloco de Esquerda, tem a palavra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Têm aqui algumas questões sobre isto, nós, como princípio, somos a favor da aquisição do imóvel, porque realmente o preço de venda está dentro dos valores razoáveis. No entanto, temos aqui algumas questões que, portanto, segundo ouvi, vão lá misturar dois serviços com duas competências diferentes, que é a proteção civil e a futura Polícia, hipotética Polícia Municipal. Tratam-se, portanto, de dois serviços distintos, com hierarquias próprias e funcionais. Será realmente útil juntar no mesmo edifício estas duas atividades? E se realmente aquilo tem espaço físico para colocar todos estes serviços? Portanto, a necessidade premente de instalação da Polícia Municipal, a Polícia Municipal, como sabemos, ainda não foi aprovada pelo Governo, nem sabemos quando. Mas, no entanto, dada as suas funções administrativas, não seria mais lógico que a Polícia Municipal estivesse localizada na zona urbana da cidade de Loulé, por exemplo, no edifício adquirido há anos, há dois anos pela Câmara, por 650.000 € na Avenida e que se encontra sem qualquer utilização? Outra coisa que não percebemos aqui no relatório é porque é que foi admitida uma proposta apresentada por uma agência imobiliária, porque motivo o negócio é intermediado por uma agência imobiliária e não diretamente com o legítimo proprietário? A questão de o que vimos realmente a Câmara pediu dois avaliadores e que apresentam duas avaliações para o mesmo imóvel. Um apresenta um valor de mercado 1,9 milhões €, e o outro valor de aquisição apurado foi de 1 milhão €. Quer dizer, dois avaliadores apresentam o preço. São quase o dobro daquilo que a Câmara comprou. O que é que nós ficamos? Como é que isto acontece? Que raio de critérios de avaliação dos prédios são feitos? Mesmo prédio, mesmo metros quadrados? É com estes disparates de diferenciação. Portanto, o que duvidamos ou passamos a duvidar é realmente os nossos avaliadores não garantem a credibilidade dos métodos e critérios utilizados. Nós vamos a votar a favor desta proposta. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Não há deputados inscritos. Senhor Deputado **Hélder Faísca**, do Partido Social Democrata, tem a palavra. -----

O Deputado **Hélder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Presidente. A bancada não questiona a necessidade das instalações. Questiona, sim, porque construíram, uma vez que, pelo menos por parte da Proteção Civil, já há bastantes anos que se vê da necessidade de uma instalação, porque as instalações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que estão a ocupar quer dizer, o parque de estacionamento ou a Proteção Civil e depois com a realização dos eventos e a retirada. E não tem sido e já há vários anos que se verifica essa situação. Portanto, acho que teria havido tempo para se construir um edifício. -----

Quanto à Polícia Municipal, vou ter que concordar com o Bloco de Esquerda, que penso que na área empresarial não será o melhor sítio, pelo menos para ter o edifício principal da Polícia Municipal. E tal como também não concordamos com a mistura dos dois, mas a aquisição do armazém em si, não teremos nada a opor. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor deputado. Não havendo inscrições, estamos em condições de passar à votação da alínea g). ---

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente? -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Tem a palavra o senhor Vereador Carlos Carmo. -----

O **Vereador Carlos Carmo** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Presidente. Para tentar esclarecer aqui as questões que foram colocadas e que são muito coincidentes, o porquê de juntar no mesmo edifício a função principal daquele edifício é para a Polícia Municipal, é para toda a sua estrutura operacional. Dada a dimensão do mesmo e dada a necessidade que o Serviço Municipal de Proteção Civil tem de ter um espaço para armazenamento e que tenha num único local um conjunto de equipamentos que tem de viaturas que, como foi dito e bem, estão no armazém dos Olivais e que conseguem de alguma forma estar num único sítio e com uma capacidade de ser projetado, porque está. Apesar de estar na Zona Industrial, está numa zona central e com vias de acesso muito fáceis, portanto não há qualquer incompatibilidade Nessas, portanto, nestes dois serviços estarem juntos dentro dessa matéria. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Tem a palavra senhor Vice-Presidente. O Partido Socialista deu 5 minutos, pelo que poderão entrar em negativo durante 5 minutos. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidente. Sim, só dar nota que o senhor Deputado Carlos Martins, de facto, o edifício que está a ser adquirido tem três pisos. Portanto, é fácil que as atividades distintas possam ser colocadas em pisos distintos. Aliás, até está previsto que a cave seja, enfim, logística. Os Serviços Municipais de Proteção Civil têm três espaços neste momento diferentes. E, portanto, será para congregar essa capacidade. Aliás, o senhor Deputado Hélder Faísca, também falou da necessidade de mais espaço para a Proteção civil. O primeiro piso será para a Polícia Municipal e o segundo piso para os Serviços Municipais de Proteção Civil. -----

No que diz respeito aos serviços administrativos estarem mais perto do centro da cidade. Efetivamente a Área Empresarial de Loulé está aqui mesmo ao lado. -----

Sobre o facto de ter comentado que as aquisições aqui na Avenida Marçal Pacheco não têm qualquer utilização. Não é verdade. Elas têm a utilização e a Vereadora Ana Machado poderia elencar melhor do que eu quais têm sido. As atividades têm sido diversas no espaço. -----

Sobre a questão dos avaliadores terem avaliado por um valor significativamente superior àquilo que foi a capacidade do município adquirir? Enfim. Então temos muito bons negociadores dentro do município. Os avaliadores são credenciados pela CMVM, fazem os seus relatórios em função de métodos comparativos, métodos de cash flows e acabam por perceber quais são os valores de mercado. E de facto, por isso é que pedimos muitas vezes mais do que uma avaliação, porque ela tem critérios que às vezes são diferentes avaliador, que é para evitarmos termos uma proposta que não seja salvaguardada e especialmente num valor destes de 1.080.000,00 €. Por mais do que uma avaliação garantindo, estamos a fazer uma boa compra e que o município está a utilizar com parcimónia o erário público. E basicamente era o que queria acrescentar. Senhor Presidente, Obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Vice-Presidente. Qual é a questão, senhor Deputado? -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: A questão da nova opção da zona urbana, porque dizer que a zona industrial é a zona urbana é um bocado... -

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra, senhor Presidente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, vamos lá ver. Todos nós temos assistido ao longo destes anos a uma expansão da cidade para a Área Empresarial de Loulé. Praticamente hoje ela já tem uma grande intercomunicação ali pela rua do cemitério, eu acho que isso é óbvio até. E eu não tenho dúvidas nenhuma que no futuro alguma alteração na estrutura viária no sentido de ligar ainda mais a cidade de Loulé e a primitiva área empresarial? Não é essa, portanto, vai havendo uma aproximação crescente, portanto, falarmos da área empresarial, estamos a falar da cidade de Loulé, tudo. A área empresarial é Loulé. Formam conjuntamente uma mesma área, uma mesma malha urbana. Portanto, eu não compreendo esse reparo, porque acho que estamos a falar sempre da cidade de Loulé, e obviamente os serviços, ainda mais estes que vão ter arneiro, vão ter parque de viaturas, vão ter tudo isso, acho que estão até muito bem ali e que estão numa zona muito próxima, daquela que nós chamamos a cidadela de segurança e proteção civil. Portanto, eu acho, está tudo bem, que é uma boa proposta, que é equilibrada, sinceramente não subscrevo esses reparos que acabam de fazer. E, portanto, enfim, temos opiniões diferentes neste caso, mais uma vez. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Mais algum dos senhores deputados que têm usado a palavra têm a palavra? Senhor Deputado. -----

O Deputado **Manuel Coelho (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Peço desculpa, mas nós gostamos sempre de ter alguns esclarecimentos que é para podermos votar em consciência. -----

Pergunto ao senhor Presidente, ou a algum dos vereadores ou o senhor Vice-Presidente, sobre este edifício, ele vai ter que ser adaptado, como é óbvio. Pergunto se já tem alguma previsão de quanto é que vai custar essa adaptação e qual é o timing para a adaptação, quando é que perspetivam que irá estar pronto? Muito obrigado. --

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Quem é que responde à questão? Senhor Vice-Presidente, tem a palavra. -----

O **Vice-Presidente, David Pimentel**, tomou a palavra e disse: Senhor Deputado, fazer projetos sobre algo que não é nosso, naturalmente não o fizemos. Há aqui já uma designação ou um estudo funcional feito pelos Serviços Municipais de Proteção Civil e pela futura Polícia Municipal, em que sabemos que é necessário arneiro. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que é que é necessário em termos de viaturas, quantos profissionais vamos ter, quantas salas, se precisamos ou não de uma sala de formação. Agora, se me pergunta se está feito um estudo específico de um imóvel que ainda não é do Município, não! O tempo de execução será determinado pela equipa projetista. Que será quem fizer já de seguida. Se conseguirmos de facto a aprovação aqui da aquisição deste imóvel. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: Obrigado, senhor Vice-Presidente. Não havendo mais inscrições, estaremos em condições de passar à votação da alínea g). A votação está aberta. Façam favor de votar. -----

Passou-se à votação: -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 852-2025 [DMADS] - Aquisição de Imóvel Urbano (armazém) em propriedade total com Alvará de Utilização para serviços, sito na AEL - Área Empresarial de Loulé, para efeitos do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo normativo; -----

A proposta foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor (18 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU) e 1 abstenção (PAN). O Deputado Carlos Costa, do PS, alegou impedimento, não tendo estado presente, nem na apresentação, nem na discussão, nem na votação desta alínea; -----

O **Presidente da Assembleia** passou à leitura da Ata Minuta referente à sessão de hoje. -----

O Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Carlos Jorge Santos Silva Gomes, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 56 da lei 75/2013 de 12 de setembro faz público na continuação da Sessão Ordinária de 16 de junho de 2025 realizada em 30 de junho de 2025 e aprovada em minuta, a Assembleia tomou as seguintes deliberações: -----
No início da Sessão, foi aprovada por unanimidade a proposta de que a bandeira arco-íris LGBTQ+ fique içada no edifício da Assembleia Municipal durante toda a semana, como forma de deixar bem claro que os atos de violação do espaço desta Assembleia, de vandalismo em instalações e património e atos que violam uma decisão da Assembleia tomada por uma esmagadora maioria, não visaram apenas a comunidade LGBTQ+ mas todo o sistema democrático no seu conjunto e que ambas as situações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

são completamente inaceitáveis. -----

- Foi admitida a inclusão da Proposta 978-2025 [DTO] - como alínea h) da Ordem de Trabalhos a ser apresentada e votada em primeiro lugar; -----

A Proposta foi aprovada por unanimidade, com 33 votos a favor (19 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN). -----

h) - Proposta da Câmara Municipal nº 978-2025 [DTO] - VAMUS ALGARVE 2026-2034 - Contrato Interadministrativos de Delegação da Competência e de Financiamento AMAL/Municípios, foi aprovada por maioria, com 30 votos a favor (19 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS) e 3 abstenções (1 BE, 1 CDU, 1 PAN); -----

b) - Proposta da Câmara Municipal nº 1026-2025 [DAF] - Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2024, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (19 PS, 3 PSD) e 11 abstenções (5 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN); -----

c) - Proposta da Câmara Municipal nº 1052-2025 [DAF] - Alteração ao Quadro Plurianual Municipal/3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita/ 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Despesa e 3ª. Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (19 PS, 2 PSD) e 12 abstenções (6 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN); -----

d) - Proposta da Câmara Municipal nº 1055-2025 [DAF] - Assunção dos Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, foi aprovada por maioria, com 28 votos a favor (19 PS, 8 PSD, 1 CDS) e 5 abstenções (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN); -----

e) - Proposta da Câmara Municipal nº 1078-2025 [GAF] - 4.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a transferência de verbas para a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no valor de 34.050,00€ (trinta e quatro mil e cinquenta euros), foi aprovada por unanimidade. -----

f) - Proposta da Câmara Municipal nº 1088-2025 [DMADS] - Contrato de Mandato - Promoção e concretização de projetos no âmbito da Estratégia Local de Habitação 2019-2032 do município de Loulé, foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor (18 PS, 8 PSD, 1 CDS) e 5 votos contra (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN). O Deputado Carlos Costa, do PS alegou impedimento, não tendo estado presente nem na apresentação nem na discussão nem na votação desta alínea; -----

g) - Proposta da Câmara Municipal nº 852-2025 [DMADS] - Aquisição de Imóvel Urbano (armazém) em propriedade total com Alvará de Utilização para serviços, sito na AEL - Área Empresarial de Loulé, foi aprovada por maioria, com 31 votos a favor (18 PS, 8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 CDU) e 1 abstenção (PAN). O Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Carlos Costa, do PS alegou impedimento, não tendo estado presente nem na apresentação nem na discussão nem na votação desta alínea. -----

Depois de lida a presente Ata, a mesma foi colocada à votação. Alguma alteração que queiram ver consignada?-----

Passou-se à votação; -----

A Ata Minuta foi aprovada por unanimidade, às 00h06 do dia 01 de julho. -----

O **Presidente da AML** tomou a palavra e disse: E agora sim, estamos em condições de terminar a nossa Sessão de hoje. Relembra-se que no dia 3 de julho, teremos a próxima Assembleia, desta vez Sessão Extraordinária, para deliberação dos assuntos que se encontram a aguardar agendamento. -----

Os nossos agradecimentos a todos, ao público que participou e que esteve presente, ao Executivo, senhores deputados e deputadas. E assim termina a nossa Assembleia de hoje. A todos muito obrigado e uma boa noite. -----

O **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata cujos documentos anexos passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** _____

O **1º SECRETÁRIO** _____

A **2ª SECRETÁRIA** _____